



BRASIL AGORA



ANO I Nº 5

DEZEMBRO DE 1991

1ª QUINZENA

CR\$ 900,00

**NO ABC,
VIGÍLIA CONTRA
A RECESSÃO
PÁG. 4**



**NO PARÁ,
O IMPÉRIO
DO TERROR
PÁG. 5**



**NAS RUAS
CONTRA
COLLOR
PÁG. 10**



PT CONTRA O BAIXO ASTRAL

O 1º CONGRESSO QUE A GRANDE IMPRENSA NÃO DEU: OS FATOS, AS RESOLUÇÕES E OS BASTIDORES. PÁGS. 7 A 10

A DIALÉTICA DO LIMÃO

A subversão ética das administrações do PT em nosso país, expressa nas “inversões de prioridades”, de um lado tensiona os critérios “morais” da tradição patrimonialista das elites brasileiras, resgatando o respeito à coisa pública com uma clara inflexão republicana em favor da ampliação da cidadania. De outro, tensiona as instituições ao redor para que estas funcionem conforme as disposições legais existentes, apesar dos vícios burocráticos herdados, quebrando a resistência dos setores intermediários pela ênfase nos valores de *moralidade* e funcionalidade administrativas. Parte do limão, os petistas assim têm tornado limonada, ao conferir um caráter sobretudo ético à atuação do PT no plano político-institucional, por meio de uma radicalização dos reclamos modernizantes por transparência, até todas as formas de privatização da esfera estatal que emperram o exercício da democracia. Convenhamos que, na grande LBA que é o Brasil na Era Collor, não é pouco.

Ocorre que o **subversivismo ético** das Administrações petistas em geral não tem sido completado por **subversivismo político e ideológico** do PT como partido, na acepção clássica da palavra, através de uma intervenção forte nos movimentos organizados ou em processo de organização na sociedade civil, capaz de legitimá-lo para o embate de classe no cenário nacional. Sob esse aspecto, em específico, as exigências da “modernidade” incidem sobre o perfil do PT enfraquecendo o ânimo da militância nas tarefas políticas e, ao mesmo tempo, desqualificando como modernas as atividades de enfrentamento ideológico na direção do socialismo. Visivelmente, o consenso proposto no caso pela “modernidade” ao PT busca minimizar em sua sigla... o P... e o T... Dessa parte do limão, ao que parece, os petistas ainda precisam extrair limonada, para avançar na luta por transformações profundas e estruturais no sistema de dominação capitalista.

FLÁVIO KOUTZII E J. LUIZ MARQUES

Porto Alegre, RS



PT: socialista e democrático

Ao contrário do que noticiou a grande imprensa, o PT concluiu seu 1º Congresso tão socialista quanto começara: nem social-democrata, nem ultra-esquerdista. Além da definição de uma tática anti-Collor, da aprovação da quota de 30% para as mulheres nas direções, e de um novo regulamento para as tendências internas, o Congresso reiterou, nas vinte e tantas páginas da resolução política final, a tradição socialista e democrática que acompanha o partido nos seus onze anos de vida. Reportagem de capa desta edição (**página 7 a 10**), “O PT contra o baixo astral” retrata um congresso diferente daquele à que os jornais compareceram, e que a TV, regra geral, ignorou.

Presente no 1º Congresso, como um **vip** entre os delegados internacionais, o líder do M-19 colombiano, Antonio Navarro Wolf, que transitou da guerrilha para a luta institucional, e tem chances de concorrer à presidência de seu país, fala sobre narcotráfico, política de alianças e da luta armada mais antiga do mundo, a da Colômbia (**página 16**).

A violência no campo, uma das chagas do Brasil real, está presente na reportagem-denúncia da **página 5**, que dá nome aos mandantes dos assassinatos por encomenda no Pará, que vivem em simbiose permanente com altos figurões da política e setores do Judiciário. Violência odiosa também é a que se abate contra as mulheres: na Palestina, em Israel, no Kuwait, como mostra a reportagem da **página 11**.

Sob o governo Collor, o Brasil continua a crescer como rabo de cavalo: para baixo. É o que revela a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com as constantes do modelo brasileiro: os pobres estão mais pobres e os ricos, o de sempre (**página 6**). Os números são surpreendentes e devem piorar, caso continue prevalecendo a política recessiva em vigor. Tanto é que, na área de saúde, regredimos à Idade Média, com o retorno da peste, da lepra, do cólera e de outras doenças endêmicas banidas pela civilização moderna (**página 13**).

Sexta-feira, 13, que a tradição associa ao azar, é dia de esperança para os metalúrgicos do ABC, que com tochas e muito ânimo, puxam um movimento contra as demissões, permanecendo em vigília junto com políticos e personalidades nacionais (**página 4**). Sugestões de boa música, para curtir o fim de ano, na **página 14**.

Registro: considerando uma das personalidades do século pelo jornal inglês **Sunday Times**, Carlos Marighela, assassinado em 1969 pela repressão policial-militar, teria completado 80 anos dia 5 último.

O EDITOR

A FOTO DA CAPA É DE HUGO SCOTTE



NOSSA REALIDADE

O **Jornal Brasil Agora** fala da nossa realidade, onde o trabalhador é triturado pelo “Zé Bonitinho” que é o nosso presidente, que só olha para a elite macabra que está matando o povo de fome e raiva.

ADEMIR RODRIGUES DE LIMA

Lunardelli, PR

LIBERTAÇÃO DE LÂMIA

O **Brasil Agora** nº 3 publicou carta de um leitor em solidariedade à brasileira Lâmia Maruf Hasan, injustamente presa em Israel há mais de cinco anos e injustificadamente esquecida por todos nós, sociedade organizada e opinião pública brasileira. Pedimos que, na medida do possível, noticiem o fato de ser reativado um Comitê pela Libertação de Lâmia e a conclamação de que isto se multiplique em todos os lugares.

Comitê Lâmia - Sede do Sindicato dos Economistas - Av. 13 de Maio, 23/1608, Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20031 - Tel. (021) 262-2535

NÃO VAMOS VENDER

Após onze anos de criação de um autêntico partido de luta dos trabalhadores, a impressão que temos com a leitura do **jornal Brasil Agora**, é a de que o PT encontra-se, atualmente, piso-

teando a sua história, negando seus símbolos; como exemplo, citamos o verdadeiro “exorcismo” que ora se faz à estrela do Partido, sua marca registrada. Além de quinzenal, se mostra totalmente alheio à luta do dia-a-dia dos trabalhadores. Os números zero e 1 não refletem o PT, nem os trabalhadores e suas lutas, mas, sim, a acomodação, o elitismo e o “modernismo” que andam “cativando” certos setores do Partido. Além de sua diagramação pouco criativa e densa, tem um conteúdo difícil de ser assimilado pelo conjunto dos trabalhadores, adota um logotipo - “cachorrinho” - de incrível mau-gosto. O seu preço é exorbitante.

Diante do exposto, o Núcleo Éder Sader posiciona-se contra a venda do jornal, sugerindo que o mesmo seja entregue a uma distribuidora. Saudações socialistas.

NÚCLEO ÉDER SADER

Brasília, DF

HOMEM GABIRU

A reportagem sobre os “homens-gabiru” (Folha de SP, 10/11) denuncia uma tragédia capaz de suscitar o “terror e a piedade”. Mas os socialistas precisam passar da indignação à ação e fazer o PT ir às ruas, exigir uma política alternativa de crescimento e distribuição de renda, sem

semear, porém, ilusões dentro da ordem, mas também sem esquecer que o primeiro mandamento de quem tem fome é comer!

LINCOLN SECCO

São Paulo, SP

ERRAMOS

Em relação a meu artigo “40 Acres e uma Mula”, publicado na última edição do “**Brasil Agora**”, alguém tomou a liberdade de colocar um “c” cedilhado na palavra **Ascensão**, transformando-o numa pavorosa **ascensão**. Cruz credo, gente! Eu, heim? Por isso, gostaria de pedir mais **atenção à revizão**.

FERNANDO PAIVA

São Paulo, SP

O QUE HÁ DE NOVO?

Alguns marxistas continuavam acreditando que depois de Marx (e mesmo antes dele) nada há (ou havia) de novo. Provavelmente o velho Marx não teria tais ilusões. Sabia, por exemplo, que a **Lei do Movimento e a Luta dos Contrários** haviam sido enunciadas três mil anos antes de Cristo por um tal Hermes Trimegistro, o suposto guru de Abraão. Vivo, Marx provavelmente não se espantaria ante a crise do Leste Europeu e menos ainda com o **imbróglcio** em que se envolveu a URSS. Acredito que o Velho não seria um marxista ortodoxo.

Para enxergar melhor o que de fato ocorre nos nossos dias,

faz-se necessário alargar a visão, jogar fora as viseiras filosóficas, ideológicas e políticas e olhar o mundo, digo melhor, o Universo, de forma holística.

FLAMARION PELÚCIO

Capão Bonito, SP

TROCANDO AS BOLAS

O artigo intitulado “Odia da consciência negra”, publicado pelo último número de **Brasil Agora**, não é de Jayme Brenner: foi escrito pela redação, a partir das informações colhidas por Márcia Moreira. E o partido de Hélio Garcia é o PRS e não o PTR.

SUGESTÕES E CRÍTICAS

Enviamos algumas sugestões e críticas que tornem o jornal mais didático/pedagógico: achamos que o preço poderá ser mais acessível se o papel utilizado não for o de primeira; artigos longos e com palavras pouco conhecidas criam barreiras; que tenham chamadas expressivas, sugestivas à leitura; charges maiores canalizam a atenção, cumprindo função também elucidativa; que seja impresso em caracteres maiores; que traga informações detalhadas das administrações e bancadas petistas; preço promocional.

NÚCLEO CULTURAL DO PT

Valença, RJ

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **EDITOR DE ARTE:** JOCA PEREIRA. **ARTE:** BEATRIZ PESSÓA, CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** ÁUREA LOPES, FLÁVIO AGUIAR, HÉLIO DOYLE (BRASÍLIA), MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **COPIDESQUE E REVISÃO:** FÁBIO DE LIRA. **DIGITADORAS:** ELIZABETE DELFINO DA SILVA E PATRÍCIA TANIGAWA. **EDITORACÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOLE SILVANA PANZOLDO. **CONSULTORIA:** MAURO OLIVEIRA. EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA. **BRASIL AGORA** É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL - AL. GLETE, 1049. **DISTRIBUIÇÃO:** FERNANDO CHINAGLIA. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** MARIA AÍCE DE PAULA SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. **CIRCULAÇÃO:** PAULO MAURO SOLDANO. **EXPEDIÇÃO:** PAULO EDUARDO SOLDANO. **ASSINATURAS:** MARIA ODETE GONÇALVES DE CARVALHO. **SERVIÇOS GERAIS:** CRIDIONOR DA SILVA, EUSLÂNDIA MENDES FERREIRA, FERNANDO SOARES DE SIQUEIRA, LUCILENE BARBOSA DA SILVA. **FOTOLITO:** ED. ART. **IMPRESSÃO:** FTD. **COLABORADORES:** ABÊ, ALÍPIO FREIRE, ALIAN RODRIGUES, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CANDIDO, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CAO, CARLOS EDUARDO CARVALHO,

BRASIL AGORA

EDUARDO SUPICY, CARLOS THOMPSON, CELSO HORTA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, CLÁUDIO CAMBÉ, DENISE NEUMANN, DINORAH PERIATI PINTO, ELIZABETH TOGNATO, EMÍLIO ALONSO, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁRIO LOUREIRO, FLÁVIO KOUTZY, GABYRU, GENARO URSO, HAMILTON DE ALMEIDA, IVAN SEIXAS, ISAAC ACKSELRUD, JACA,

JAYME LEÃO, JOÃO ANTONIO, JOÃO PEDRO, KIPPER, RICARDES DOS SANTOS, JORGE NUNES, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUAREZ GUIARÊS, JUAREZ SOARES, JUSTINO PEREIRA, LAPI, LUIZ CARNEIRO, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO ANTONIO SCHUSTER, MARCOS SOARES, MARIA RITA KEHL, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSSKIND, MARINGONI, MARISA MELJANI, MARIZA DIAS COSTA, MARCUS SOKOL, MARTINS KOVENSKY, MIADAIRA, MIRAN, NELSON RIOS, NUMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PAULO FONTES, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTIL, SAITI, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, VERA ACIOU, WALTER ONO, WELLINGTON DE ALMEIDA, WLADIMIR POMAR.

A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES. IMPRESSO NO DIA 6 DE DEZEMBRO.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO

Comunicação controlada

**Jornalistas vão defender
"o máximo de liberdade com o
máximo de responsabilidade".**

Os representantes da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional que negociam a paz em El Salvador ficaram surpresos com a proposta dos generais: o exército aceita entregar o controle das tropas aos guerrilheiros, desde que fiquem com as duas emissoras de TV do país. Para os brasileiros que assistiram à cobertura feita pela imprensa do segundo turno das eleições de 1989, não é difícil entender o motivo da oferta dos generais salvadorenos.

A frágil idéia da democracia no Brasil é completamente incompatível com o poder concentrado nas mãos das nove famílias que controlam 80% dos meios de comunicação no país. São cinco milhões de exemplares de jornais diários, 300 emissoras de televisão com 100 milhões de espectadores/dia e 2.500 estações de rádio com outros 100 milhões de ouvintes cotidianos. E tudo isso numa impunidade quase total - inferior, talvez, apenas a do Judiciário - para mentir, manipular, desinformar, caluniar, injuriar, deformar e difamar.

SEM ENTRAVES. A nova Lei de Imprensa, que o Congresso deverá elaborar no próximo ano, será assim, um marco para sabermos se vamos ou não ter democracia no país. Não se trata, é claro, de colocar entraves à livre circulação de idéias, muito pelo contrário.

Os jornalistas profissionais defendem uma lei de imprensa que garanta a todos "o máximo de liberdade com o máximo de responsabilidade".



Se por "o máximo de liberdade" entendemos o direito de todos a terem acesso e divulgar as informações de relevante interesse social, "o máximo de responsabilidade" significa penas severas, inclusive de prisão, para todos - inclusive políticos, jornalistas e empresários de comuni-

cação - que utilizam os meios de divulgação de massa para obterem qualquer tipo de proveito ilícito.

Uma lei que transponha para os meios de comunicação a lógica do artigo 171 do Código Penal, que define como estelionato e manda para a cadeia quem

felizmente, porém, somos obrigados a constatar que a importância da questão ainda não foi reconhecida pela maioria dos setores democráticos da sociedade.

ANTONIO CARLOS FON

SINDICALISMO

CUT e Contag no mesmo barco

Cutistas na diretoria da confederação institucionalizada.

Sem discussões acirradas ou grandes divergências, realizou-se em Brasília, entre 26 e 30 de novembro, o 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) que, apesar da ausência de medição de forças entre as tendências, teve um resultado prático que pode alterar bastante o comportamento não só da própria Contag, mas também da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pela primeira vez, membros da CUT fazem parte da direção da Contag, e também definiu-se que a CUT é a central de trabalhadores a que a Confederação deve se filiar algum dia.

COMPOSIÇÃO. Um acordo de lideranças tinha definido que dos dez membros da Executiva da Contag, dois seriam da CUT. Mas as mulheres viraram o jogo:

elas conseguiram incluir uma mulher na Executiva e a eleita também é da CUT - Tereza dos Santos Silva, de Minas, que ficou como 1ª secretária, ao lado dos cutistas Juarez Lopes Pereira (MG), secretário geral, e José Raimundo de Andrade (PB), secretário de Política Salarial. Assim, três dos dez membros da Executiva são cutistas. O presidente eleito, que tomará posse no dia 20 de janeiro, é Francisco Urbano Araújo Filho, da Contag do Rio Grande do Norte. Além dos três dirigentes colocados na executiva, a CUT elegeu cinco suplentes e abalou um pouco o domínio absoluto de um trio vitalício que se reveza na presidência, incluindo Francisco Urbano.

SARNA. Para alguns dos 2.100 delegados de todo o país presentes ao Congresso, a CUT arrumou "uma sarna para se coçar",

pois vai ter que dividir com a Contag o ônus do que a Confederação fizer. Nas lutas efetivas, a tradição da Contag tem sido preferencialmente pela via institucional, sem grandes radicalismos, e a entidade discorda, por exemplo, das ocupações feitas pelos Sem-Terra, às vezes feitas com a participação ou apoio da CUT. Há expectativa para ver como as duas entidades vão trabalhar juntas, pois a CUT se caracteriza como contrária ao estilo verticalizador da Contag.

Mas há quem veja nisso tudo aspectos muito positivos. É o caso do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), Sebastião Neves Rocha. Ele acredita que com a composição Contag-CUT "descobre-se um norte para a luta dos trabalhadores do campo".



OPINIÃO

A RENDA MÍNIMA GARANTIDA

O senador Maurício Corrêa, líder do PDT no Senado, deu parecer favorável, bem fundamentado, sobre o projeto que cria o Programa de Garantia de Renda Mínima, (PGRM), de minha autoria, o qual, portanto, está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos, com caráter terminativo. Ou seja, aprovado na Comissão, estará aprovado no Senado, salvo se houver requerimento para ser também apreciado pelo plenário.

O PGRM prevê que todo cidadão, homem ou mulher, de 25 anos ou mais, que não receber pelo menos um patamar definido pelo Congresso Nacional, em torno de dois salários-mínimos, digamos Cr\$ 120 mil, terá direito a receber, no mês, um complemento de renda igual à 50% da diferença entre o patamar e o seu nível de renda. Assim, se a pessoa receber Cr\$ 60 mil mensais, terá direito a um complemento igual a Cr\$ 30 mil, e a sua renda passará a Cr\$ 90 mil mensais.

Da mesma maneira que as pessoas que ganham acima de certo nível pagam parcela de sua renda como imposto, aquelas que não recebem um certo mínimo passarão a receber o imposto de renda negativo. Sempre será mais vantajoso trabalhar do que não trabalhar. Progredir e ganhar mais do que menos.

O PGRM será financiado pelo corte de diversos programas hoje destinados nominalmente à população carente, mas que são administrados com grande ineficiência e caracterizados por frequentes desvios. Também por recursos que, por exemplo, poderão advir não apenas do imposto sobre a renda, mas também do imposto solidariedade ou sobre as grandes fortunas.

A renda mínima será um direito do cidadão. O PGRM atende um dos objetivos fundamentais da Constituição, senão o de erradicar a pobreza, mas a miséria absoluta. Permitirá a muitos mais poderem enviar suas crianças à escola, ao invés de enviá-las à roça ou às ruas procurar sua sobrevivência.

O PGRM permitirá ao seu beneficiário escolher no que gastar. Se em alimentos, educação, habitação ou o que for. Terá um efeito estimulador da atividade econômica em caráter permanente. Compatibilizará o crescimento com melhor distribuição da renda.

EDUARDO SUPLICY
Senador (PT/SP)



O CORONEL DECADENTE

Um coronel sem farda, posto que o de farda já saiu de moda, mas decadente como o chefe de jagunços no Nordeste. Assim é que podemos definir o governador Antonio Carlos Magalhães. Estilo autoritário, represor, intolerante com os opositores, populista e demagogo, reprime e trata ao mesmo tempo, parecer dócil. Mistura malvadeza com ternura, mas não convence.

Eleito com apenas 27% dos votos logo no primeiro turno das eleições do ano passado, mais por incompetência das forças progressistas e democráticas do que por sua potencialidade eleitoral, o governador rasgou de imediato a máscara da "ternura" que usou na campanha e, ao defrontar-se com os primeiros movimentos reivindicatórios, agiu com mão-de-ferro.

Dono de um império de comunicações na Bahia, o governador procura enganar a opinião pública com medidas demagógicas e despesas inúteis: reativa os programas "Cesta do Povo" - que vende produtos de terceira categoria a preços praticamente iguais aos do mercado - e "Farmácia do Povo" que empregou leigos para vender xaropes mais baratos à população, sem a presença de farmacêuticos. E ainda comercializa soro reidratante que normalmente seria distribuído gratuitamente em qualquer posto de Inamps.

Enquanto isso, cerca de 1.700 das 4.500 escolas da rede pública estadual continuam desativadas ou funcionando irregularmente, aproximadamente 700 mil alunos estão ameaçados de perder o ano letivo ou de concluí-lo irregularmente e estagiários são contratados com salários superiores aos dos professores com até 30 anos de carreira.

O governador aparece com 4% nas pesquisas para presidente, lideradas até aqui por Lula. Mas insiste em lançar-se candidato, montado no cavalo da moralidade administrativa - logo ele, que se aposentou como professor universitário sem nunca ter dado aula. Confia numa maioria de que dispõe na Assembleia Legislativa da Bahia - 39 deputados da situação contra 24 da oposição -, maioria formada na base da cooptação.

Falta, no entanto, fôlego a ACM. As eleições municipais se aproximam e cabe às forças democráticas e progressistas desmancharem o castelo, ou melhor, a Casa Grande de arrogância do esquema governista. Apostamos nisso.

MARIA JOSÉ ROCHA (ZEZÉ)
Deputada estadual
(sem partido - BA).



MORADIA

Toninho, preso político

Para desmoralizar o movimento dos sem-casa, autoridades de BH mandam prender o líder.

Durante 28 dias de agosto e setembro, 2 mil pessoas de 650 famílias de sem-casa permaneceram acampados nos jardins e escadarias da Igreja São José, na avenida Afonso Pena, bem no centro de Belo Horizonte. Expostos como uma chaga, num ambiente de miséria em meio ao trânsito de milhares de pessoas, as famílias permaneceram no local até o dia 5 de setembro, quando foram transferidas com seus barracos para um terreno da Prefeitura na antiga fazenda Marzagânia, na periferia da cidade, certamente para que não manchassem o desfile da parada do Dia da Independência.

O episódio acabou por transformar em preso político, nestes tempos de "modernidade", o presidente da Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (Famobh), Antônio Cosme Damião Pereira, o "Toninho da Famobh", hoje a maior pedra no sapato da Prefeitura da capital mineira, por organizar o movimento dos sem-casa.

RABO PRESO. Toninho, porém, tinha um pequeno rabo preso: em setembro de 1990 foi julgado à revelia pela Justiça, sem que tivesse sido convocado a comparecer à sessão, e condenado a dois anos de prisão, por ter sido apa-



Toninho: luta por um teto pode terminar na cadeia

nhado numa blitz com uma carteira de motorista falsa. Depois de cerceado em seu direito de defesa e permanecer em liberdade sem ser importunado, Toninho foi preso justamente quando liderava a organização do acampamento diante da igreja São José, no dia 6 de setembro, permanecendo 34 dias nas grades da Delegacia de Vigilância Geral e Penitenciária Dutra Ladeira, para surpresa de seu diretor, Décio Queiroz, que comentou com a vereadora Neusinha Santos, do PT, nunca ter visto, em sua longa carreira de delegado de polícia, alguém ir para a cadeia, entre os mais de 50 mil processos, por porte de carteira de motorista falsa.

O GOLPE. A investida da Prefeitura não se limitou apenas a este episódio. Para tentar atingir a Famobh, a Administração Municipal do PSDB atacou também a Associação 14 de Julho,

irmã siamesa daquela entidade e ligada à defesa da moradia popular. Depois de receber a oferta de uma imobiliária de venda de um terreno de 1,1 milhão de metros quadrados por Cr\$ 396 milhões, a Associação vislumbrou a possibilidade de desenvolver no terreno um projeto de assentamento de iniciativa popular. A idéia encontrou grande receptividade, inclusive junto a órgãos da Prefeitura. Encantado, o secretário de Ação Social, Pedro Gustin, chegou a apontá-lo como uma saída para o problema habitacional.

A Associação coletaria o dinheiro entre os interessados em adquirir um lote, compraria o terreno e a Prefeitura ficaria apenas com a parte burocrática de aprová-lo. As obras seriam feitas em regime de mutirão.

Como a regularização da posse dos lotes é sempre demorada, inicialmente a escritura do terreno seria lavrada em nome

da Famobh e Associação 14 de Julho. Numa articulação do secretário de Governo, Amílcar Viana Martins, e do presidente da Urbel, José Carlos Laender, o coordenador do Procon municipal, Raimundo Mendes, assumiu papel de polícia e denunciou ao delegado de Ordem Econômica, Jacques de Castro Pedra, que a Famobh e a Associação 14 de Julho estariam passando a perna nos interessados em adquirir um lote. Convocados a depor no dia 16 de julho, os seis diretores da Associação foram presos e assim permaneceram por 12 dias.

A PRISÃO. Pouco depois Toninho era convocado também a depor. No dia 6 de setembro, logo depois dos sem-casa serem transferidos da igreja São José, o presidente da Famobh era detido na própria delegacia, e depois de permanecer por duas semanas em greve de fome acabou sendo removido para a Penitenciária Dutra Ladeira, onde só conseguiu a liberdade depois de 34 dias. Só a mobilização do movimento popular, dos sindicatos, CUT, deputados e vereadores dos partidos de esquerda conseguiu sua liberdade.

Um dia o diretor da Famobh e militantes do PSDB Joel Lucas da Silva, funcionário da Prefeitura, procurou o secretário do governo Amílcar Viana Martins para uma explicação e ouviu a seguinte resposta: "Nós queremos é atingir o Toninho".

ALOÍSIO MORAIS

SINDICALISMO

Vigília contra recessão no ABC

Iniciativa do sindicato é aberta a todos os que buscam saídas para a crise.

Dia 13 de dezembro, sexta-feira 13. Com tochas de fogo na mão, simbolizando a firme intenção de iluminar o Brasil e acender a chama da produção, da dignidade e da própria esperança do povo, militantes sindicais de São Bernardo e Diadema, pretendem, nesta data, mostrar ao país que o metalúrgico destas duas cidades está decidido a ajudar o país a encontrar a saída para a crise.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no ABC paulista, está organizando uma grande vigília contra a recessão. Durante toda a noite do dia 13 e madrugada do dia 14, entre shows e rodas de capoeira, estarão em

discussão a queda de 6% no PIB em 1990, o aumento de 13% no total de assalariados sem carteira assinada, e mais de 34% nos autônomos (especialmente ambulantes), nos 21 meses do governo Collor, e a redução de 27% nos salários reais nos últimos 12 meses.

A vigília já tem a presença confirmada do governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury; do presidente da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros; do presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fcesp), Abraham Szajman; Miguel Arraes (deputado federal pelo PSB-PE) e Darcy Ribeiro (senador pelo PDT-RJ). Também estão convidados, entre muitos

ACENDER A CHAMA
• DA PRODUÇÃO • DA DIGNIDADE • DA ESPERANÇA



DIA 13 DE DEZEMBRO

Organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, com a participação de diversos sindicatos e entidades da região. Local: Praça da Liberdade, 100 - Centro - São Paulo - SP. Horário: das 18h às 06h. Entrada gratuita. Informações: (11) 5082-1111.

outros, D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, e Jair Meneguelli, presidente nacional da CUT.

A programação começa às 18 horas, no Paço Municipal de São Bernardo. De lá os manifestantes se dirigem, com tochas nas mãos, para o Sindicato. A vigília começa às 21 horas, com um culto ecumênico. Um pouco antes das 5 horas do dia 14, após quatro painéis de debates e muita música, os manifestantes saem novamente do Sindicato, com as tochas nas mãos e encontram-se com os trabalhadores da Volkswagen, que estarão entrando na fábrica.

DENISE NEUMANN

O império do terror

Governo e justiça fazem vistas grossas diante dos mandantes do crime organizado.

Pará vive sob o império do medo e do terror. A aliança política entre o governador Jader Barbalho (PMDB) e o ministro da Justiça, coronel Jarbas Passarinho (PDS), asseguram proteção para os representantes do crime organizado. O Judiciário é a retaguarda a serviço da impunidade e a Assembléia Legislativa possui entre seus membros ilustres representantes da violência e do tráfico de drogas.

Entre as lideranças dos trabalhadores rurais não há dúvida: principais mandantes dos crimes de encomendas estão identificados, e são figuras bastante conhecidas. Os deputados Osvaldo (Vavá) Mutran (PDS) e José Alfredo Hage (PMDB) gozam de muito prestígio junto ao governador Jader Barbalho. Os empresários Wirland Freire (pai do deputado Wilmar Freire - PMDB), Josiel Martins (pai do deputado José Neto - PDC) e Joaquim Fonseca; os fazendeiros Jerônimo Amorim, Camilo Uliana, Orlando Mendonça (ex-prefeito de Conceição do Araguaia) e Adílson Laranjeiras (ex-prefeito do Rio Maria) têm trânsito livre junto as diversas instâncias do poder no Pará.

A insegurança é tamanha entre a população pobre que as mais miseráveis comunidades do interior paraense, reivindicam, antes de tudo, delegacias de polícia, na vã esperança de garantirem suas vidas. Mas a maioria dos delegados nomeados pelo governador Jader Barbalho não são integrantes do quadro. São pessoas indicadas pelos deputados e correligionários de Barbalho e Passarinho.

JUSTIÇA CEGA. Um exemplo disto foi a nomeação de Hermógenes Brasil Chaves, um ex-de-



Quantos mais terão de morrer para que cesse a impunidade?

legado de Belém, expulso da Polícia Civil por ter assassinado dois rapazes. Ele foi indicado pelo deputado Wilmar Freire para comandar a localidade de Crepurizinho, em Itaituba, onde Wirland Freire (pai de Wilmar) é o todo-poderoso. Ele controla a maioria dos garimpos de ouro do rio Tapajós; é dono de quase todos os postos de gasolina da Rodovia Transamazônica; e está ligado ao tráfico de drogas. Teve atuação decisiva na vitória de Barbalho na região do Baixo-Amazonas.

Vavá Mutran pertence a uma velha oligarquia do Araguaia-Tocantins. Seu pai foi deputado e prefeito de Marabá e enriqueceu esbulhando castanhas nativos dos índios Gavião e de serventia pública. Vavá Mutran é acusado de ter estuprado duas menores, e ser o mandante de várias mortes em Marabá e São

João do Araguaia. Quem o acusa é o seu ex-motorista Joatan Lima e o pistoleiro Sebastião Dias, o "Terezona", que está preso na Penitenciária Fernando Guilhon. Joatan diz que existe um cemitério clandestino na fazenda "Vira Sebo", enquanto "Terezona" revelou que Vavá Mutran foi quem o contratou para aliciar os pistoleiros que assassinaram nove trabalhadores rurais, cujos corpos foram atirados no rio Itacaiúnas, em junho de 1987. O depoimento foi feito à juíza Ezilda Pestana, mas como ela é nora de Vavá Mutran, até hoje ele não foi indiciado. E nem "Terezona" foi julgado pelos crimes de pistolagem. Mutran já ameaçou de morte os deputados Edmilson Rodrigues e José Carlos Lima (PT). Joaquim Fonseca, Josiel Martins e Camilo Uliana são acusados de mandantes das mortes dos ex-deputados

Paulo Fonteles (PC do B) e João Carlos Batista (PSB). Orlando Mendonça, Adílson Laranjeiras e Jerônimo Amorim são acusados como mandantes dos assassinatos dos líderes sindicais João Canuto e Expedito Ribeiro de Souza, presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

CORRUPÇÃO. Outro homem forte do crime organizado do Pará é o deputado José Alfredo Hage (PMDB). Ele teve suas contas rejeitadas pela Câmara de Almeirim por corrupção da grossa, e manda espancar quem o denuncia como corrupto. Os vereadores Orivaldo Ferreira (PT), José Moita e Francisco Siqueira (ambos do PMDB) já foram jurados de morte pelo grupo de Hage, que agrediu, no último dia 28 de novembro, dentro do prédio da Assembléia Legislativa, o vereador Orivaldo. O deputado governista já tentou bater também no deputado Edmilson Rodrigues (PT) no plenário da Assembléia.

Como se não bastasse tudo isto, o governador Jader Barbalho iniciou uma escalada de perseguições aos líderes sindicais. No início do verão amazônico foram presos 32 trabalhadores rurais, alguns chegando a permanecer mais de dois meses na cadeia. Três diretores do Sindicato dos Urbanitários foram presos, durante 16 horas, porque a greve da companhia de abastecimento de água já durava mais de uma semana. Porém, a mais brutal foi a prisão do presidente estadual da CUT, Evandro Rodrigues. Ele foi ao DOPS para saber porque seus companheiros urbanitários estavam presos. Não chegou sequer a descer do carro. Outro que foi se inteirar dos acontecimentos, e acabou preso foi o deputado João Batista Araújo (PT). Para a polícia paraense não existe imunidade parlamentar.

PAULO ROBERTO FERREIRA,
de Belém



GUERRA NO CAMPO

A abertura dos trabalhos da Câmara Municipal de Marabá (PA) fugiu dos padrões tradicionais. O vereador Guido Mutran Netto (PDC) disse da tribuna que três livros mereciam ser rasgados ali mesmo: as constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica do Município. "A lei aqui quem faz sou eu e meu grupo", sacramentou Guido, irmão do prefeito da cidade, Nagib Mutran (PDC), cunhado da juíza Ezilda Pestana e filho do latifundiário Vavá Mutran.

◆ **Incendiarão as casas** dos presidentes do PT de Rondon do Pará e Moju (PA). A polícia não quis investigar, alegando não ter verba para mandar um perito a esses municípios. Dias depois, para despejar os ocupantes de uma fazenda do empresário Joaquim Fonseca, houve verba para mandar à área um helicóptero (Cr\$ 980 mil a hora de aluguel), 400 soldados, 12 viaturas e uma ambulância.

◆ **Advogados dos quatro colonos** presos no Rio Grande do Sul (Otávio Amaral, José Gowaski, Idone Bento e Augusto Moreira), acusados pela morte de um brigadiano num conflito no centro de Porto Alegre, entraram com pedido de *habeas corpus*: não há motivos para continuarem presos, pois há mais de um ano estão detidos sem julgamento (o que caracteriza excesso de prazo) e a acusação caiu de homicídio qualificado para homicídio simples. Os advogados entraram também com um agravo de instrumento, para libertar os presos e anular o processo.

◆ **Rio Maria, Pará, 4 de maio:** o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Peres Esquivel, é homenageado com uma placa inaugurada em praça pública. Na manhã seguinte, o prefeito da cidade (Enídio Almeida, do PMDB) retirou pessoalmente a placa, ajudado por jagunços que agrediram cinegrafistas que registravam a cena.

VERTENTES DA VIOLÊNCIA

O padre Ricardo Rezende, vigário de Rio Maria, já rezou muitas missas em memória dos trabalhadores rurais do Sul do Pará que têm tombado pelas balas do latifúndio. Já escapou de vários atentados, e vive permanentemente ameaçado de morte por causa de suas denúncias.

Ele acredita que as quadrilhas do crime organizado, além de eliminar seletivamente as lideranças dos trabalhadores, buscam eliminar qualquer resistência daqueles que permanecem na luta contra a violência.

A "pedagogia do terror" visa amedrontar os que continuam vivos para obrigá-los a abandonar suas terras e a luta. "Fazem parte desta lógica macabra da violência, requintes de crueldade: matam-se crianças, mulheres gestantes; tortura-se, mutilam-se os corpos antes, durante e após o homicídio", declarou Rezende aos membros da CPI da Assembléia Legislativa, que apurou a violência no campo.

Para Rezende, são quatro as vertentes da violência no campo. O Estado subsidia a violência através dos incentivos fiscais, que concentraram a terra e

a violência. Segundo ele, 67,4% dos assassinatos nos conflitos pela posse e uso da terra, no Brasil, entre 1985 e 1990, ocorreram na Amazônia Legal. A segunda vertente aponta para o surgimento de milícias privadas cada vez mais sofisticadas, comandadas por homens oriundos das polícias civil e militar. "A participação de policiais nas milícias particulares é de amplo conhecimento das autoridades, que não tomam nenhuma medida, aumentando o seu grau de cumplicidade".

A terceira vertente de Rezende diz que o crime organizado tem endereço certo: a organização do trabalho e a política partidária. Finalmente, ele mostra que o crescimento do crime organizado está ligado diretamente à omissão e conivência do Poder Judiciário. Citando dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rezende diz que entre 1964 e 1990 foram assassinados 1630 trabalhadores rurais no Brasil, dos quais 503 (30%) ocorreram no Pará. O que impressiona é que de 1964 até hoje não houve nenhum júri popular, no Pará, para julgar os crimes contra os trabalhadores. (P.R.F)

EU SÓ QUERIA
OUTRO CACHORRO...
O QUE EU TINHA
A GENTE COMEU
NA SEMANA
SANTA !!





REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA

A reforma agrária é uma discussão que promete elevar a temperatura do Congresso Nacional no próximo ano legislativo. Ela se dará em torno do projeto de lei nº 11, de autoria da deputada Luci Choinaski (PT-SC) e mais quatro deputados no Núcleo "C" da bancada petista na Câmara - Adão Preto (RS), Pedro Tonelli (PR), Valdir Ganzer (PA) e Alcides Modesto (BA). Ao lado de outros deputados de esquerda, como Maria Luíza Fontenelle (PSB-CE), Laerte Bastos (PDT-RJ) e Socorro Gomes (PC do B-PA), eles formam a chamada "bancada rural" (não confundir com ruralista) da Câmara, com notável desempenho na arte de negociar e/ou enfrentar a direita em questões fundamentais nas áreas agrícolas e agrária. Particularmente na Comissão de Agricultura, onde o jogo é 41 x 7 para a direita.

É a primeira vez que a Câmara tem em seus quadros representantes forjados na luta no campo pela posse da terra. Choinaski é a primeira mulher camponesa a exercer um mandato federal. Adão Preto, Tonelli, Ganzer são pequenos agricultores, militantes no movimento dos Sem-Terra, nas CPTs e no movimento sindical dos trabalhadores rurais, por exemplo. Essa experiência, profunda inserção e identidade com o movimento popular, somada à unidade no trabalho do Legislativo, tem permitido avanços importantes como a aprovação do projeto de lei que define pequena, média e grande propriedades; e mini, pequeno, médio e grande produtores rurais, a partir do critério de módulos e faixa de renda. O projeto vai agora ao Senado, onde a direita - que passou "batido" na votação da Câmara - promete bombardeá-lo. Não há previsão de data para entrar em pauta.

O grande embate para 1992 se dará em torno da regulamentação do Capítulo III, título VII, artigos 185 e 186 da Constituição Federal, de que trata o projeto de lei 11, em discussão na Comissão de Agricultura. O nó está no conceito de propriedade produtiva, discutida exaustivamente ao longo deste ano. Não se saiu do lugar. Um requerimento de tramitação urgente leva a assinatura de 211 deputados, mas a bancada rural conta mesmo é com 110 a 111 parlamentares que normalmente "fecham" com as causas defendidas por ela. O jogo é pesado e o assunto é pauta obrigatória.

NILMÁRIO MIRANDA

O BRASIL CRESCE
COMO RABO
DE CAVALO:
PARA BAIXO!



PESQUISA

Mais pobres e atrasados

O IBGE reconhece: poder de compra dos trabalhadores foi pro brejo no governo Collor.

Os assalariados brasileiros perderam, em apenas doze meses, quase um quinto de seu poder de compra. O salário-mínimo foi ainda mais penalizado. A concentração de riqueza no país supera em muito a de nações consideradas paradigmas de desigualdade. Estes são alguns dos resultados mais chocantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 1990, e cujos resultados foram divulgados em 22 de novembro.

A PNAD é um levantamento anual, que investiga os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais. Por abranger todo o território nacional, e por coletar dados em cerca de 90 mil domicílios, é vista como a imagem estatística mais confiável das condições de vida da população. Os números apresentados pela PNAD-90 fornecem, por isso mesmo, um dos retratos mais expressivos do empobrecimento e do atraso experimentados pelos países no primeiro ano de mandato do presidente que executa os projetos "modernizadores" dos liberais brasileiros. Eles dizem, em primeiro lugar, que o rendimento médio das 62 milhões de pessoas ocupadas caiu 18,4% em relação a 1989 - uma queda que impressiona inclusive por ser muito superior à própria redução da atividade econômica, que ficou em torno de 4,5%.

MORRO ABAIXO. A perda dos trabalhadores com carteira assinada, um grupo que representa cerca de 40% da população ocupada, foi ainda maior, chegando aos 19,7%. E a desvalorização do salário mínimo atingiu dramáticos 35,7%. A queda do mínimo é alarmante porque aumentou de forma expressiva a parcela da população ocupada que ganha entre zero e dois salários. No ano passado, nada menos de 53% dos brasileiros que têm mais de dez anos de idade e recebem algum tipo de rendimento concentravam-se em tal faixa - um índice bem acima dos 48,6% registrados em 1989.

A pesquisa do IBGE mostra, nos

capítulos relativos a condições de vida e escolaridade, uma pequena redução do analfabetismo: ele atingia no ano passado, 17,8% das pessoas com dez anos ou mais, contra 18,2% em 1989. Mas indica que ao despencarem, os rendimentos dos assalariados derrubaram também alguns índices de conforto doméstico. Caiu a porcentagem de domicílios equipados com geladeiras (68,3% contra 70,1% em 1989), com rádio (80,5% contra 83,4%) e com televisão (70,6% contra 72,6%). Esses índices costumam subir mesmo quando há quedas salariais não muito elevadas.

INFRA-ESTRUTURA PIORA. Surgiram, também, sinais muito claros de que a redução expressiva dos investimentos em infra-estrutura ocorrida ao longo da década de 80 já se transformou num grave obstáculo à própria universalização de certos servi-

ços ligados ao bem-estar elementar e ao saneamento. O índice de residências dotadas de iluminação elétrica, que há dez anos crescia a taxas anuais de quase 2%, apresentou agora um acréscimo quase imperceptível: (87,6% contra 86,9% em 1989). O percentual de domicílios com serviços de rede de água encanada evoluiu ainda mais lentamente: 73,4%, contra 72,7% em 1989. E mais de um terço das habitações (35,5%), continuava a não dispor de coleta de lixo.

A PNAD captou ainda um outro sintoma de retrocesso: houve uma espécie de desindustrialização do país, que se reflete na queda brusca do percentual de trabalhadores empregados pela indústria. Em um ano, este índice caiu de 17,5% para 15,2% dos ocupados. O patamar de 1990 é, por sinal, inferior até mesmo aos 15,8% verificados em 1983, valor mais bai-

xo registrado na última grande recessão brasileira. Para que não pairassem dúvidas, a própria chefe do Departamento de Rendimento do IBGE, Martha Mayer, apressou-se em explicar que o fenômeno não devia ser atribuído a eventual modernização industrial, que também causa, nos países imperialistas, diminuição do número de operários. No caso brasileiro, ressaltou ela, a recessão "levou um contingente grande de assalariados a buscar outras ocupações, ganhando salários menores, inclusive engrossando as fileiras do mercado informal".

PAUSA DOS RICOS. 1990 foi o ano do bloqueio de cruzados novos no Banco Central, da queda da inflação e das taxas de juros, e da suspensão parcial e temporária, dos ganhos fartos obtidos no período anterior graças à chamada "ciranda financeira". Por

isso, a pesquisa do IBGE testemunhou uma queda significativa dos rendimentos das faixas mais ricas, e até mesmo uma redução do índice de Gini, um cálculo estatístico que procura avaliar graus de desigualdade. Os 10% mais ricos encerraram 1990 concentrando 49,7% dos rendimentos, quando absorviam 53,2% um ano antes.

Trata-se, contudo, de um resultado fugaz. Ao longo da década, esta parcela enriqueceu como nenhuma outra (veja quadro nesta página), e a fatia dos rendimentos apropriada por ela tem provavelmente poucos paralelos em todo o mundo. Perdemos feio para países como a Suécia, onde os 10% mais ricos abocanham 20% dos rendimentos, o Japão, onde ficam com 22%, ou a França, onde auferem 25,5% (trata-se, evidentemente, de vencimentos individuais, não estando incluída a acumulação das empresas). Mas estamos muito longe também da Índia (26,7% para os 10% mais ricos), da Venezuela (34,2%), do Peru (35,8%) ou da Guatemala (40,8%).

ANTONIO MARTINS

OS RICOS GANHAM NA CRISE



Faixas de renda

10% mais pobres
50% mais pobres
80% mais pobres
20% mais ricos
10% mais ricos
1% mais rico

Participação nos rendimentos

	1981	1985	1989	1990	Evolução % 1981/89
10% mais pobres	0,9	0,7	0,6	0,8	- 33
50% mais pobres	13,4	2	10,4	11,2	- 22,3
80% mais pobres	37,3	34,8	31	33,9	- 16,9
20% mais ricos	62,7	65,2	69	66,1	+10
10% mais ricos	46,6	48,8	53,2	40,7	+14,2
1% mais rico	13	14,1	17,3	14,6	+33



Os anos 80 foram tão ingratos para a economia brasileira que tornou-se lugar-comum chamá-los de "a década perdida". As remessas anuais de bilhões de dólares para o exterior para pagar a dívida externa, sufocaram os investimentos, e a produção não cresceu sequer para acompanhar o aumento da população. No entanto, houve quem ganhasse com a crise, principalmente grandes empresas nacionais e estrangeiras, e também setores mais favorecidos da classe média.

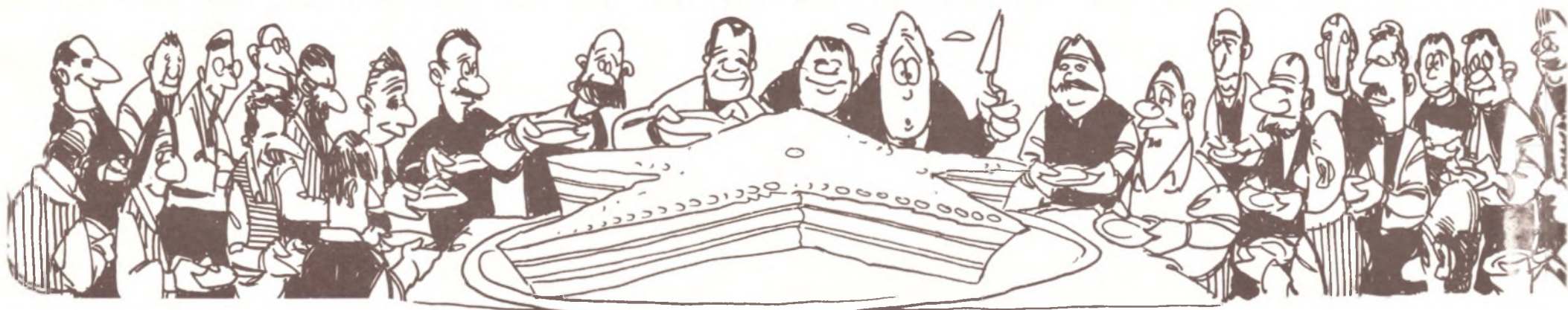
Para que o grande capital ficasse protegido da crise que vitimava o país, as classes dominantes criaram mecanismos através dos quais o Estado transferia a seus credores enormes volumes de recursos. O principal destes mecanismos era a manutenção de uma taxa de juros acima dos índices de inflação.

A tabela com os dados do PNAD é uma comprovação estatística desta tendência. As colunas 1 a 3 mostram como evoluiu a participação de algumas faixas de renda no total dos rendi-

mentos nacionais, entre 1981 e 1989. Os mais pobres foram de mal a pior, os ganhos cresceram à medida que se caminha para cima na pirâmide de renda.

A coluna 4 indica que em 1990, quando 80% da poupança financeira das pessoas físicas ficaram bloqueados no Banco Central, houve uma tímida reversão da tendência concentradora. Embora todos perdessem num ano dramático para a economia, os mais ricos perderam mais, o que comprova de forma irrefutável o caráter concentrador da rolagem da dívida interna.

Os mais ricos, contudo, não precisam se preocupar. Em 1991, não apenas começou o desbloqueio dos cruzados novos como também o governo adotou política monetária que assegurou juros reais positivos em quase todos os meses. Para 1992, as perspectivas são ainda mais favoráveis à minoria favorecida. O acordo que o governo Collor está prestes a firmar com o FMI prevê a transferência aproximada de 12 bilhões de dólares aos credores internos. (A.M.)



1º Congresso

O PT CONTRA O BAIXO ASTRAL

27 de novembro, quarta-feira

Havia uma preocupação no ar, compartilhada por todos: a de que o Congresso não desse em nada. Dava para notar essa tensão, sempre nas entrelinhas, raramente confessada, na cautela das declarações, quando a reportagem de **Brasil Agora** perguntava duas coisas: o que o delegado ou a delegada achava que devia ser definido pelo Congresso, e o que ele achava que de fato ia ser definido.

O clima vinha sendo incentivado, de véspera, por uma guerra de declarações na imprensa - especialmente na **Folha de S. Paulo** (ver matéria na página 10) -, em que importantes figuras do Partido diziam que o Congresso era um "jogo de cartas marcadas", dominado por "burocratas" e "ortodoxos". Como a imprensa não abria espaço para outras posições, todas as expectativas eram canalizadas para a plenária do Congresso que poderia ser, na opinião de muitos, perigosamente tensa. Na abertura do Congresso, Lula foi direto ao assunto que estava na boca de todo mundo: a questão das tendências. Ele destacou a unidade do partido, explicando que "divergência não é racha". Preferia um partido de 14 teses a um partido de uma única tese. Em seguida, desviou as atenções para os debates sobre a conjuntura, a crise brasileira e a ação do partido nas lutas sociais.

"O partido não pode ficar só para dentro, deve propor como agir já na semana que vem, na segunda-feira depois do Congresso, dando resposta ao governo Collor", alertou Lula, afirmando que não há eleição direta que justifique "a bandalheira desse governo" que ele está promovendo. Embora reconheça que talvez só venhamos a chegar ao poder em 1994, acha que não dá para esperar 1994 para começar a agir: "o partido deve começar a mudar o país desde já", concluiu (ver matéria na página 10).

28 de novembro, quinta-feira

Amanhã de quinta-feira foi dedicada à discussão do regimento interno. O único ponto realmente polêmico foi o credenciamento de dois delegados vinculados à "Causa Operária", não reconhecida pelo PT como uma de suas tendências internas. A imensa maioria dos delegados recusou a credencial aos dois delegados,

Durante 5 dias, entre 27 de novembro e 1º de dezembro, 1101 delegados petistas de todo o país discutiram os rumos do maior partido de esquerda do Brasil e da América Latina. Os resultados do Congresso - realizado nos pavilhões da antiga Cia. Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Campo -, são animadores: o PT sai unido, afirma uma tática contra o governo Collor, frisa sua opção socialista - nem social-democrata, nem burocrática -, e modifica sua estrutura partidária, garantindo entre outras medidas a participação das mulheres nas direções. Provando que a versão é tão importante quanto o fato, a grande imprensa buscou deturpar os resultados do encontro partidário, afirmando que o PT enfim aderira à "modernidade" e a "social-democracia". Numa prova de que os tempos são outros, Brasil Agora traz nas próximas páginas uma reportagem completa sobre o 1º Congresso, mostrando que o PT melhorou mas continua o mesmo: radical, democrático, revolucionário e socialista.

eleitos em Brasília. Curiosidade: o zum-zum-zum do plenário apontava a existência de outro delegado ligado à "Causa", este paulista. Como ninguém oficializou a denúncia, passou-se à apresentação das teses. Para quem participa da política desde os idos de 1964, 68, era pitoresco ver, entre os defensores das 14 teses inscritas sobre o tema socialismo, estratégia e concepção de partido, figuras como Florestan Fernandes, Vladimir Palmeira, José Dirceu e Marco Aurélio Garcia, entre outras estrelas daqueles tempos sem estrela.

As palmas pela oratória, contudo, ficaram mesmo com Vladimir Palmeira, que fez um discurso extremamente bem-humorado, aplaudido por quase todos de todas as tendências, dizendo num estilo rasgado de cantador nordestino que o PT "parecia estar com cara de parlamentarismo inglês, com jeito todo engomadinho, e desse jeito vamos nos transformar numa sucursal do PSDB". Não houve quem resistisse. Todo mundo riu.

A votação das teses 14 sobre concepção de socialismo, estratégia e partido, e 9 sobre propostas de reorganização partidária - foi feita em urna, para escolher uma "tese guia", sobre a qual seriam baseadas as discussões e emendas. Como se esperava desde o início, venceu a tese da Articulação, tendência majoritária no partido desde 1983. Com uma novidade: a Articulação deixara de ser maioria, obtendo cerca de 46% dos votos. A pergunta seguinte era óbvia: com quem a Articulação irá se aliar ao longo dos debates?

Intermináveis reuniões das tendências partidá-

rias avançaram até as 3 horas da madrugada de sexta-feira, horário salgado para quem tinha de pegar ônibus fretado até São Paulo, acomodar-se num hotel e voltar a São Bernardo até as 10 horas. Daí para a frente, esse seria o quadro do Congresso: um lado oficial, com suas plenárias, grupos, resoluções e regimentos; e um lado paralelo, com reuniões de tendências, suas coordenações e seus acordos. Entre um e outro, todos falavam mal da organização - considerada por muitos como um verdadeiro desastre. Até o ombudsman do Congresso, Inácio Hernandez, de Belo Horizonte, reclamou do nome ombudsman, e disse que queria ser chamado de ouvidor geral, de acordo com a tradição da língua portuguesa.

29 de novembro, sexta-feira

Os delegados foram divididos em seis grupos de discussão. Dois se reuniram na própria Vera Cruz,

dois outros sob lonas de circo montadas ao lado do pavilhão, e os demais numa escola técnica nas proximidades. Provavelmente parte dos delegados não tenha participado de nenhum dos grupos, tal era a quantidade de gente que zanzava pelos corredores, se acotovelava junto ao cafezinho ou circulava permanentemente entre as barraquinhas de pinga, cerveja, acarajé, sanduíche natural, bittons. Nunca se saberá ao certo, mas num ponto a maioria concorda: os grupos, do jeito como estão, são algo inútil.

É nos grupos que os delegados apresentam emendas à tese-guia. Para que a emenda possa ir a voto na plenária, são necessários 20% dos votos dos delegados presentes em cada grupo. Resultado: 9 em cada 10 emendas chegam à plenária.

Simultaneamente aos grupos, corriam nervosas negociações entre três das principais forças do Congresso: a própria Articulação, a tese "Projeto para o Brasil" (encabeçada pelos deputados José Genoíno e Eduardo Jorge), e a tese "Um rumo revolucionário para o PT", cujos expoentes são João Machado, da executiva nacional do PT, e o deputado federal Raul Pont (RS).

As principais polêmicas em pauta: a ditadura do proletariado, a questão da não-violência, a regulamentação das tendências internas e a posição do PT frente à conjuntura.

O PT nunca defendeu a ditadura do proletariado. Mas, com a crise dos regimes do socialismo real, alguns setores passaram a exigir que o PT condenasse expressamente a "ditadura do proletariado". A própria prática dos regimes do socialismo real, numa re-



provação clara a tudo aquilo que ficou conhecido como a ditadura do proletariado.

Os defensores de uma crítica mais conceitual - como os deputados José Genoíno e Eduardo Jorge - consideraram esta formulação como uma conciliação com a "ortodoxia" e com o "burocratismo". E levaram sua opinião para a imprensa. Criada tal situação, a maioria dos delegados viu-se no seguinte dilema: debate teórico sobre o conceito, com o qual nunca concordaram, ou deixar que a emenda proposta, caso rejeitada, servisse de pretexto a uma campanha de difamação contra o partido.

30 de novembro, sábado

Dezenas de reuniões afunilaram num acordo: os deputados modificariam sua emenda original, reconhecendo que o PT nunca defendera a "ditadura do proletariado", e sempre condenara todo tipo de ditadura. Por outro lado, a Articulação votaria na emenda assim refeita, ao mesmo tempo em que



"Não ao bloqueio norte-americano contra Cuba. Que os militares do Haiti entreguem o poder ao padre Aristide. Eleições diretas no Panamá. Fim do bloqueio ao Iraque, porque lá há crianças morrendo de fome, e o que está ocorrendo é mais do que simplesmente uma campanha contra Saddam Hussein. Combater a política de Bush, que quer resolver seus problemas domésticos às custas de guerras e intervenções. Lutar pela criação do Estado Palestino".
Lula, presidente do PT, no encerramento do 1º Congresso.

criticaria publicamente a maneira como a imprensa fora utilizado neste episódio. Ao menos nesses termos, o acordo não foi cumprido. O defensor da emenda que condenava enfaticamente a "ditadura do proletariado" interveio nos mesmos termos que antes - deixando de mencionar que notificara sua proposta, e não explicando, como combinado, o reconhecimento do compromisso do PT contra todo tipo de ditadura. Nesse momento era visível o mal-estar entre os delegados vinculados à Articulação - que mesmo assim votaram favoravelmente ao texto proposto. Entre os delegados do "Projeto para o Brasil", a versão era de que não houvera acordo nestes termos. A votação seguinte tratava de outro tema polêmico: a questão da violência. A tese "Projeto para o Brasil" vinha defendendo, desde o início do ano, uma proposta segundo a qual o PT deveria ser adepto da "não-violência". Recusada pela maioria absoluta dos encontros preparatórios do Congresso, e acusada de pacifista e "gandhiana" pelos adversários, esta proposta não chegou a ser apresentada à plenária do Congresso. Em seu lugar, surgiu um texto de acordo entre as coordenações das teses "Projeto para o Brasil" e "Articulação", que afirmava: "a violência é um anti-valor". Por descontentamento ou por discordância diante dessa proposta mitigada, a maioria da plenária recusou esta emenda. Os louros, neste caso, couberam a Vladimir Palmeira, que convidou os delegados da Articulação a votarem contra aquela formulação, dizendo que "acordo ruim não deve ser cumprido". Ruim ou não, o caso é que não passou, ao contrário do que chegou a ser afirmado em editorial por dois importantes jornais paulistas. Superada a discussão acerca da violência, a plenária deu início aos debates sobre a reorganização partidária - onde se destacou a proposta da cota de 30% para as mulheres nos postos de direção partidária (ver o quadro nas páginas centrais) - após o que os trabalhos foram encerrados. Para o último dia restavam dois pontos fundamentais: a regulamentação das tendências e a tática do partido.

1º de dezembro, domingo

Atese-guia do Congresso afirmava que as tendências só poderiam existir de maneira provisória, "formando-se e desfazendo-se a cada momento da decisão". Como esta posição só era defendida pela própria Articulação e pelas

TENDÊNCIAS INTERNAS NO PT

Não podem: expressar-se para o público externo, manter sedes públicas, realizar reuniões da tendência com não filiados, promover atividades fechadas aos demais filiados ao PT, utilizar qualquer meio de comunicação para difundir publicamente posições da tendência, manter relações internacionais próprias, constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório.

Podem: manter espaços para organizar suas atividades, reunir-se nas sedes partidárias, produzir boletins informativos de circulação interna ao partido, arrecadar recursos desde que não concorram com as finanças do PT ou adquiram caráter público.

Devem: comunicar e obter autorização das direções partidárias para arrecadarem recursos e, para o funcionamento dos espaços destinados a suas atividades internas.



"Não vamos aceitar a lei do silêncio, nem marchar passivamente para a guilhotina. Se impuserem os tribunais dentro do partido, vai haver uma guerra civil dentro da esquerda brasileira".

Valério Arcary, da executiva nacional do PT e líder da Convergência Socialista, depois da votação que regulamentou as tendências.

as, e até mesmo qualquer tipo de centralismo obrigatório - fonte de boa parte da chaticice e previsibilidade das reuniões partidárias. A regulamentação (ver quadro acima) provocou grande resistência entre os delegados da própria Articulação. Apesar de ter sido, por duas vezes, levada a voto nas plenárias de delegados da Articulação, a divisão era tal que se decidiu, por fim, que a questão só poderia ser solucionada na plenária. A Articulação - tendência que surgiu do combate aos partidos dentro do partido e na defesa do PT - decidiu que se dividiria nessa questão.

Em todas as outras tendências, a regulamentação também provocou polêmicas acirradas. Os defensores da tese "Projeto para o Brasil" resolveram defender o texto original da Articulação. A tese "Um rumo revolucionário para o Brasil" e grande parte dos proponentes da tese 10, decidiram apoiar a regulamen-

tação alternativa proposta por parte da Articulação. O debate em plenário foi bastante duro. Falaram 3 delegados favoráveis à emenda, e 4 delegados favoráveis à tese-guia. Na votação, repetida duas vezes, houve empate visual. Procedeu-se então a contagem, feita no próprio plenário por fiscais de cada proposta. Resultado final: 466 votos favoráveis à emenda e 441 favoráveis à tese-guia, com mais de 200 abstenções, entre as quais, os delegados ligados à Convergência Socialista, para quem qualquer uma das duas posições parecia inaceitável.

O racha do plenário era razoável. Tratava-se de dois textos provenientes do mesmo autor - a Articulação - e com o mesmo sentido geral: defender o direito de tendências mas impedir o direito de fração, ou seja, a ação pública de tendências internas, em contradição aberta ou velada com a linha política adotada pelo Partido.

Isto ficou manifestado na rodada seguinte de votações, quando defensores de uma e outra proposta votaram unificadamente contra os que defendiam um direito de tendências mais amplo, abrindo a porta à existência de frações.

O Congresso já estava chegando ao fim. A última votação foi sobre a conjuntura. Quatro propostas apareceram: uma apresentada pela Convergência Socialista; outra por um grupo de pequena influência chamado Brasil Socialista; uma terceira apresentada pelo deputado baiano Nelson Pellegrino e pela tendência O Trabalho; e, finalmente, uma proposta defendida conjuntamente pelos deputados Pe-



tação alternativa proposta por parte da Articulação.

O debate em plenário foi bastante duro. Falaram 3 delegados favoráveis à emenda, e 4 delegados favoráveis à tese-guia. Na votação, repetida duas vezes, houve empate visual. Procedeu-se então a contagem, feita no próprio plenário por fiscais de cada proposta. Resultado final: 466 votos favoráveis à emenda e 441 favoráveis à tese-guia, com mais de 200 abstenções, entre as quais, os delegados ligados à Convergência Socialista, para quem qualquer uma das duas posições parecia inaceitável.

O racha do plenário era razoável. Tratava-se de dois textos provenientes do mesmo autor - a Articulação - e com o mesmo sentido geral: defender o direito de tendências mas impedir o direito de fração, ou seja, a ação pública de tendências internas, em contradição aberta ou velada com a linha política adotada pelo Partido.

Isto ficou manifestado na rodada seguinte de votações, quando defensores de uma e outra proposta votaram unificadamente contra os que defendiam um direito de tendências mais amplo, abrindo a porta à existência de frações.

O Congresso já estava chegando ao fim. A última votação foi sobre a conjuntura. Quatro propostas apareceram: uma apresentada pela Convergência Socialista; outra por um grupo de pequena influência chamado Brasil Socialista; uma terceira apresentada pelo deputado baiano Nelson Pellegrino e pela tendência O Trabalho; e, finalmente, uma proposta defendida conjuntamente pelos deputados Pe-



"O PT parece estar com cara de parlamentarismo inglês. com um jeito todo engomadinho, e desse jeito vamos nos transformar numa sucursal do PSDB".
Vladimir Palmeira, deputado federal (PT-RJ), na defesa das teses.



dro Dallari, Raul Pont e José Dirceu, expressando o campo de forças que, no geral, definiu os rumos do Congresso.

Aprovada esta última proposta (ver matéria na página 10), faltavam apenas a leitura de um texto intitulado "Programa alternativo de desenvolvimento para o Brasil", aprovado indicativamente pelo plenário. No encerramento, o clima geral era de muita

descontração e alívio. O PT conseguira vencer pelo menos o baixo astral interno, e tomara decisões que, embora discutíveis para uns, ambíguas para outros, capacitavam o partido a combater o baixo astral geral que Collor vem semeando nação afora.

Dois acontecimentos tiveram importância capital para levantar o astral. Em primeiro lugar ficou patente a importância que o PT tem para a esquerda

latino-americana na discussão de propostas para o socialismo, de alternativas aos projetos neo-liberais. O outro ponto foi a discussão da proposta dos 30%. A discussão solta pelo Congresso sobre esse tema foi muito rica para quem dela participou, talvez melhor até do que na hora do debate de plenário, onde frequentemente as argumentações se enrijecem pela aprovação ou não.

Entre os insatisfeitos com o Congresso, estava Valério Arcary, um dos líderes da Convergência Socialista. Para ele, o PT tergiversou na questão do socialismo, remetendo para as calendas definições urgentes. Segundo ele, na questão da conjuntura, o partido não resolveu sua ambiguidade, que é a de não enfrentar a questão de não se dar garantias de governabilidade ao governo Collor, baseado no raciocínio de que exigiremos a governabilidade quando o PT for governo. Finalmente, na questão das tendências, Valério disse que o PT montou os tribunais e que o alvo é o jornal da Convergência.

No encerramento do 1º Congresso, Lula disse que, este ano, tentaram vender pela imprensa que o PT iria implodir no Congresso. Ao contrário, porém, o que se viu foi um Congresso onde a imprensa teve acesso a todos os cantos e recantos, e pôde constatar que o Partido sai unido e sabedor das suas tarefas.

O entusiasmo tomou conta dos militantes quando Lula listou as tarefas internacionais do partido, entre elas a luta contra o bloqueio norte-americano a Cuba.

Em seguida, Lula destacou que a tarefa principal do PT vai continuar sendo a luta pela sobrevivência do povo, lutar para tirar o Brasil da passividade. Sublinhou a necessidade de curar as cicatrizes do Congresso, de todos estarem juntos nos atos, nas praças, nas ruas, na eleição dos prefeitos em 1992. Sempre de bom humor, mostrou-se contudo preocupado com uma certa auto-suficiência dos petistas. "Precisamos todos aprender um pouco mais", aconselhou Lula, reprimando aqueles que falam como se o seu discurso fosse "a verdade absoluta". O PT foi confraternizar nas barraquinhas o fim do seu congresso. Não é o partido da verdade absoluta - por isso mesmo a estrela ficou de pé, contra o baixo astral.

A cobertura do 1º Congresso do PT foi um trabalho conjunto de Adélia Chagas, Cíntia Campos, Flávio Aguiar, Hugo Scotte, Mouzar Benedito, Rui Falcão e o Valter Pomar.

BENÉ COMANDA A VITÓRIA DAS MULHERES

Um emocionante discurso da deputada federal Benedita da Silva (a Bené) (PT-RJ), foi o ponto culminante de uma discussão que, se não foi a mais importante, foi a mais comentada do 1º Congresso Nacional do PT. O debate sobre reorganização partidária esquentou com a proposta de cota mínima de 30% de mulheres nas direções do partido. "Não queremos uma dádiva. Queremos a garantia de um espaço que, na prática, já conquistamos no dia a dia do PT", dizia a deputada para um plenário eufórico, ajudando a virar o voto de muitos indecisos.

A proposta foi esboçada pelo 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas nos Movimentos de Mulheres, realizado em Belo Horizonte no início do ano.

E avançou como um forte movimento, que ativou os debates preparatórios e detonou alinhamentos pré-estabelecidos. "Quem quer um PT acima das tendências tem que concordar: até que enfim uma decisão que não chega pronta, com resultado pré-definido", comemora Clara Ant, ex-

deputada e líder do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo. "Mesmo quem estava contra teve que reconhecer que essa discussão foi um ensaio de como aeeve ser uma tendência", diz ela.

Para Tatau Godinho, da Executiva Estadual de São Paulo, e uma das que mais se empenhou pela apuração da proposta, "a discussão sobre as cotas cresceu na medida em que chamou a atenção para a dificuldade de participação das mulheres na vida do PT". Tatu foi a única mulher entre os oradores inscritos para defender as 14 teses apresentadas ao 1º Congresso do partido.

Com apoios de peso - o presidente da CUT, Jair Meneguelli, fez questão de exibir o botton da campanha em todos os momentos do Congresso - a emenda dos 30% chegou ao plenário já aprovada em encontros estaduais do PT no Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco, além do Encontro Setorial da Juventude.

Contra os argumentos que falam em "paternalismo" e "conquistar os espaços a

partir da competência", bastava a realidade. Logo na abertura do Congresso, a vereadora Helena Grecco, 75 anos, fundadora do PT, alertava para a situação: uma solitária presença feminina na mesa que presidia a solenidade. "É verdade que é uma presença que vale por cem, a da nossa companheira Luiza Erundina", dizia, sintetizando o quadro dentro e fora do partido: mulher, para chegar a algum lugar, tem que valer por cem".

O trabalho de convencimento mostrou a competência das petistas. Enquanto os homens se questionavam - e muitos aderiram, inclusive Lula -, as mulheres se organizaram. Ao longo de todo o processo preliminar ao Congresso, prepararam o cerco e a invasão do pavilhão Vera Cruz. Boletins, debates, muita conversa ao pé de ouvido. Não houve saque, mas o incêndio foi inevitável. E quem imaginava que o Congresso era só para decidir se o PT era vermelho ou cor-de-rosa tomou um susto: os petistas querem um PT lilás.

CINTIA CAMPOS



CONJUNTURA

Nas ruas contra Collor

Mobilização pode garantir plebiscito antecipado, com reformas democrática.

Com cerca de 70% dos votos - que derrotaram a palavra de ordem "Fora Collor" -, o PT resolveu organizar um "amplo movimento de oposição, popular e institucional" ao governo e a seu projeto neo-liberal. Considerado o "centro da intervenção política na conjuntura", o movimento pretende articular a capacidade de mobilização social do partido, de sua intervenção parlamentar e de sua ação nas prefeituras.

A idéia é a de reeditar o que o PT já realizou em diferentes momentos de sua história: alcançar nas ruas, através de grandes mobilizações, o que está difícil de conseguir apenas na ação institucional. Para isso, o PT pretende desencadear "campanhas de emergência", que dêem margem à organização de vigílias (como a do dia 13 próximo em São Bernardo), caminhadas, atos públicos, greves e projetos legislativos de iniciativa popular.

Exemplo de projetos com os quais o PT espera colher "centenas de milhares" de assinaturas: o de imposto sobre grandes fortunas, o da reforma agrária e o de combate à corrupção.

Além das campanhas de emergência e de plataforma de reivindicações a ser negociada com entidades, centrais sindicais e partidos políticos ("democráticos, progressistas e de esquerda"), o PT adotou outra orientação importante: a defesa da proposta de antecipação do plebiscito sobre o regime político, já em tramitação no Congresso Nacional.

CONDIÇÕES. Repudiando tanto o "pacto com as elites" como "iniciativas golpistas para resolver a crise", o PT só vê sentido na antecipação, caso acompanhada de reformas democráticas essenciais, como a aprovação de um sistema eleitoral efetivamente proporcional e a redefinição das funções do Senado.

Diferentes das demais, porque prevê a mobilização popular, a antecipação proposta pelo PT estabelece outra ressalva: a realização de eleições sob o novo sistema.

Preocupado com as eleições de 1992, nas quais o governo federal já vem investindo com verbas e favores, o partido considera ser possível "infligir uma derrota" a Collor, como resultado do processo de mobilização social e com o apoio de uma política de alianças a ser definida.

Até lá, não baixa a guarda, admitindo até mesmo a hipótese de impeachment. Não através de uma campanha, mas como expressão a resolução final, aprovada no domingo, dia 1º: "Caso se caracterize, jurídica e politicamente, crime de responsabilidade do presidente Collor.

CONTRAPONTO

O que disse **O Globo** em 01/12/91:
"Congresso apóia abertura para a economia de mercado"

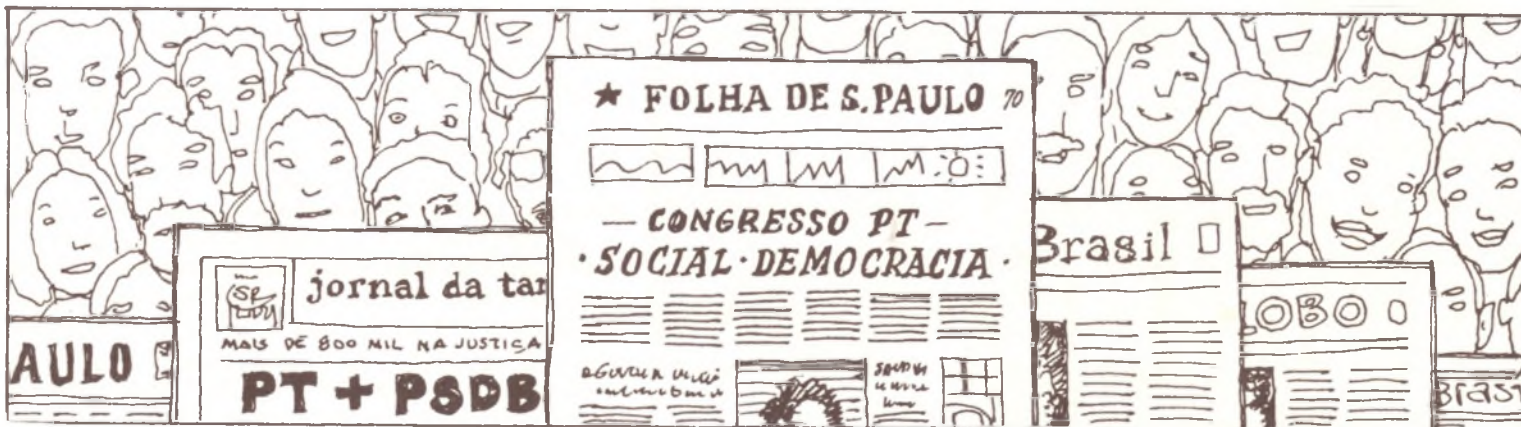
O que dizem as resoluções do 1º Congresso do PT:
"O mercado sob controle do planejamento democrático e estratégico, e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção, e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção".

O que disse o **Jornal do Brasil** em 02/12/91:
"O PT aceita que o presidente Collor cumpra seu mandato até o final".

O que dizem as resoluções do 1º Congresso do PT:
"Caso se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao impeachment em defesa da democracia".

O que disse a **Folha de S. Paulo** em 02/12/91:
"PT confirma tendência social-democrata"

O que dizem as resoluções do 1º Congresso do PT:
"O PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira".



IMPRENSA

O PT virou social-democrata?

A imprensa deturpa os resultados do Congresso e confunde a opinião pública

O 1º Congresso do PT provocou um verdadeiro "racha" nos meios de comunicação brasileiros. No setor de maior influência pública - TV e rádio - quem deu o tom foi a Globo. Impôs a lei do silêncio até mesmo em seus jornais regionais, no que foi acompanhada pelas demais emissoras que, com raríssimas exceções, ignoraram o evento petista. Entre os jornais, quem exerceu a hegemonia foi a **Folha de S. Paulo**. Adotou um caminho diametralmente oposto ao ditado pelos "magos" do Jardim Botânico (sede nacional da Globo, no Rio), dedicando um razoável espaço aos debates do 1º Congresso do PT. Reticentes num primeiro momento, os grandes jornais brasileiros não resistiram a uma ofensiva de sua líder e, mesmo com certo atraso e alguma economia de espaço, realizaram coberturas diárias dos debates petistas.

É uma boa discussão saber por que jornais e TVs não se entenderam sobre o Congresso do PT. Por que o que é fato para alguns não o é para os outros? Mas vamos deixar esta reflexão para outro momento. E nos limitar a discutir o que foi efetivamente publicado.

PADRÃO FOLHA. Folha de S. Paulo abusou de matérias editoriais e opinativas, como se tivesse uma tese para defender e comprovar, independentemente do que estivesse ocorrendo no Congresso.

A análise de suas matérias, e especialmente de suas manchetes num período de sete dias - entre 25 de novembro e 2 de dezembro - é significativa. Nos dois primeiros dias, a linha foi aparentemente confusa: as reportagens, baseadas em fontes unilaterais e exclusivas, brandiam com o perigo representado pelo controle da maioria do Congresso pelos "funcionários ou burocratas partidários" ou pela "esquerda",

cuja influência estaria crescendo entre os congressistas. Mas nos cinco dias subsequentes, a linha editorial foi de uma unidade monolítica, a tal ponto de publicar manchetes praticamente idênticas nos dias 28 - início efetivo dos trabalhos do Congresso - e 1º de dezembro, em seu encerramento. Ambas, curiosamente - porque uma no começo, outra no final - prognosticavam a adoção pelo PT da linha social-democrata.

Neste caso, a **Folha** praticamente acolheu os pontos de vista de correntes minoritárias do PT, que o acusaram - sem tanta ênfase, é preciso reconhecer - de ter optado por algumas resoluções social-democratas. A pressa dos redatores impediu-os de explicar aos leitores a essência da política social-democrata, marcada pela conciliação e colaboração com a burguesia - totalmente estranha, portanto, à prática petista -, transformando esse termo numa caracterização doutrinária incompreensível. Mas não impediu uma matéria editorial chorosa de um de seus repórteres contra uma suposta adaptação do PT ao "calendário eleitoral e às instituições". A **Folha** é contra isso? Não dá para entender.

HEGEMONIA. O **Estadão**, o **Jornal da Tarde**, o **Globo** e o **Jornal do Brasil** foram responsáveis pelas coberturas mais discretas. O que não impediu que o **Jornal da Tarde** cometesse uma gafe enorme ao estampar em sua manchete de 2 de dezembro que o Congresso do PT havia aprovado aliança com o PSDB e, em sua matéria, que romperia com o PDT. Afirmar curiosas, já que o Congresso não só não deliberou, como sequer discutiu tais temas.

Os outros jornais foram mais objetivos ao longo

do Congresso, procurando manter-se numa linha mais informativa, mas o esforço de seus repórteres parece não ter sido suficiente. Pois, nas matérias de balanço, publicadas nos dias 2 ou 3 de dezembro, acabaram se rendendo à hegemonia da líder-Folha: "os moderados venceram", a "modernidade prevaleceu", "o PT ficou mais social-democrata". E tudo isso sem explicar se, antes, os radicais mandavam, os modernos eram a minoria e o PT se debatia entre "o stalinismo e o social-democracia". Na verdade, já que a "grande crise" do PT não se manifestou como esperava, a imprensa procurou impor sua versão ao Congresso do PT, inventando novidades que não eram novas, superação de perigos que não eram perigos, tudo para negar mais uma vez em 11 anos, o caráter original da experiência petista. De busca de um caminho democrático para o socialismo, que não tem nada a ver com os modelos social-democrata ou como gostariam os seus adversários.

JOSÉ AMÉRICO



BARROCO

Kuwait

A ocupação iraquiana no Kuwait já terminou há mais de meio ano e até os poços de petróleo destruídos pelos invasores em fuga estão retornando à produção habitual. Mas a invasão deixou feridas profundas, que talvez nunca cicatrizem. Uma delas é o drama das mais de cinco mil mulheres violentadas - em geral por soldados do Iraque - cujos filhos são rejeitados pela ultraconservadora sociedade kuwaitiana.

"O problema é que o povo não as considera as vítimas que são, e sim como mães de filhos bastardos, cujos pais são os invasores iraquianos", comentou um psicólogo da Universidade do Kuwait, que não quis se identificar. Segundo ele, há centenas de casos de crianças recém-nascidas abandonadas em portas de hospitais, escolas ou mesquitas.

Após a expulsão das tropas iraquianas do Kuwait, a coalizão internacional que derrotou Saddam Hussein, recolocou no poder a dinastia dos al-Sabah, que segue os costumes rigorosos do islamismo. No Kuwait, por exemplo, há sérias restrições às mulheres no serviço público.

Com medo da marginalização, centenas de jovens violentadas por soldados iraquianos optaram por viajar ao exterior, onde poderiam realizar um aborto. A interrupção da gravidez é proibida no Kuwait, e o médico acusado pode receber entre dez e quinze anos de prisão.

Mas para as mulheres que não contam com recursos para abortar fora do país, as opções são muito mais restritas. De acordo com o mesmo psicólogo, "como elas são marginalizadas pela família e pelos amigos, e não têm outras alternativas de trabalho, a maioria acaba aderindo à prostituição". "É a única maneira de garantir a sobrevivência da mulher e de seu filho", conclui o psicólogo.

ORIENTE MÉDIO

Violência contra a mulher

Espancamentos, marginalização e crimes de honra no cotidiano de três sociedades diferentes.

Um estado que tenta mostrar-se como o que há de moderno no Oriente Médio, Israel. Um povo sem Estado, em que homens e mulheres lutam para conquistá-lo, os palestinos. Um Estado monárquico, fundamentalista, que conseguiu a simpatia da imprensa (e com ela, da maioria da opinião pública mundial) não por méritos próprios, mas por ter sido vítima de uma ocupação, que resultou na Guerra do Golfo. Nos três casos, na mesma região do mundo, Jayme Brener mostra facetas do mesmo problema: as diferentes formas de agressão à mulher.

Israel

Centenas de mulheres israelenses realizaram uma maratona bastante original no centro de Tel Aviv, no último dia 25. Era a "Corrida por nossas vidas", que teve como objetivo denunciar a violência contra a mulher na sociedade israelense.

De acordo com estatísticas independentes, uma em cada seis mulheres no país é espancada pelos maridos, pais ou familiares, e uma em cada três jovens já sofreu algum tipo de violência sexual.

As denúncias feitas durante a "Corrida por nossas vidas" tiveram um grande impacto social, mas o Parlamento de Israel ainda parece resistir ao debate sobre a questão. Convocados a discutir o problema da violência contra a mulher, apenas 12 dos 120 parlamentares compareceram à sessão.

Palestina

A cada ano, 40 mulheres palestinas são mortas por familiares sob alegação de "defesa da honra". Estes dados são oficiais, mas tudo indica que o número seja muito maior, já que dezenas de assassinatos são registrados como "suicídios". Foi com o objetivo de lutar contra a "defesa da honra" que surgiu recentemente em Haifa o grupo feminista palestino El Fanar (O Farol). De acordo com o grupo, uma das razões para a alta incidência de assassinatos em "defesa da honra" é o fato de a maioria das facções políticas palestinas não questionar as velhas tradições familiares e religiosas.

Uma das líderes do grupo, Mana Hassan, afirma que as mulheres começaram a ganhar mais espaço na sociedade palestina em 1987 com o início da **intifada**, a rebelião nos territórios ocupados por Israel desde 1967. "Mulheres, jovens e crianças formaram a base do movimento", afirmou ela ao jornal do El Fanar. "Mas as coisas mudaram com o refluxo da revolta, devido à dura repressão exercida por Israel. Surgiu então uma **cultura da intifada**, caracterizada pelo comportamento austero", disse.

Para Mana Hassan, o contexto de repressão favoreceu o crescimento dos grupos fundamentalistas islâmicos, "e as direções políticas palestinas mostraram-se incapazes de evitar o avanço das tradições e costumes reacionários". Como exemplo, ela aponta a imposição do uso do véu na Faixa de Gaza a partir de 1988, "feita por meio do terror e de agressões físicas contra as mulheres que se recusavam". De acordo com a líder feminista, seu grupo enfrenta hoje uma dupla pressão: "Somos palestinas e participamos de nossa luta nacional, sofrendo portanto as represálias israelenses. E somos pressionadas - às vezes até ameaçadas de morte - pelas organizações políticas palestinas que aceitam o tradicionalismo social", conclui.



GABYRU

GUINADA À DIREITA

Depois de avançar nos bolsões de desempregados da ex-Alemanha Oriental, e de tornar-se a primeira força política em Viena, a capital austríaca, a extrema-direita agora obtém uma importante vitória em outro país da Europa ocidental: a Bélgica.

O **Vlaamse Blok** (Bloco Flamengo), cujo principal ponto programático é o fim da imigração do 3º Mundo, multiplicou por seis a sua votação, conquistando 13 cadeiras no Parlamento belga. O partido também foi o mais votado em Antuérpia, a segunda cidade do país. Outro grupo de extrema direita, a Frente Nacional, conquistou seu primeiro deputado.

O Bloco Flamengo defende a separação da região belga de idioma holandês, e sua unidade com a Holanda. Seus militantes copiam os símbolos e até o figurino nazista.

O novo governo belga deverá ser formado pelos partidos tradicionais, a Democracia Cristã e os socialistas, que juntos controlam perto de 120 cadeiras. Mas os dois blocos perderam muitos votos, refletindo a incapacidade da coalizão anterior em resolver principalmente o problema da imigração.

Em certos bairros centrais de Bruxelas, a capital, os imigrantes turcos compõem de 60% a 70% da população.

No início deste ano, jovens imigrantes promoveram o primeiro quebra-quebra registrado em Bruxelas em mais de um século, protestando contra a discriminação.

Não é só a votação expressiva da extrema-direita que revela a ausência de soluções oficiais para o problema da imigração. Os ecologistas - que defendem um maior comprometimento do Estado na integração e proteção às minorias - ampliaram sua bancada de 13 para 19 deputados. (JB)



EISON



OS "OUTROS" NACIONALISMOS

A crise do Estado plurinacional no Leste europeu está respingando sobre a Europa do Oeste, onde ganham força "outros" nacionalismos, que já pareciam restritos a grupinhos de "irredutíveis", semelhantes à aldeia gaulesa de Asterix, o herói de quadrinhos que lutava contra a dominação romana.

No Norte da Itália, a Liga Lombarda, que prega a independência da região, obteve um importante resultado nas eleições de novembro em 22 municípios. Na cidade de Brescia, por exemplo, a Liga tornou-se o segundo partido, com 24,3% dos votos, superada por pouquíssimos votos pela Democracia Cristã, com 24,4%. O detalhe é que todos os partidos tradicionais, da Democracia Cristã aos socialistas, passando pelos ex-comunistas e pelo comunismo "renovador", perderam votos.

Ainda na Itália, poucos meses antes um partido autonomista havia conquistado um avanço significativo no Tirol, uma região de idioma alemão, na fronteira com a Áustria.

Na Bélgica, onde o avanço da extrema-direita foi o destaque nas últimas eleições parlamentares, um grupo que propõe a independência da região de idioma flamengo, mas não tem um programa anti-imigrantes, praticamente duplicou seu eleitorado.

Com relação à Espanha, onde o separatismo catalão parecia curvar-se ao Estado centralizado, um grupo de bispos católicos divulgou uma nota defendendo a independência total frente a Madrid.

A febre nacionalista chegou até à Escócia, na Grã-Bretanha. O Partido Nacionalista, que também propõe a independência, espera triplicar seus votos na próxima eleição parlamentar.

Para completar, os habitantes da pacata aldeia de Cleeve Prior, na Inglaterra central, declararam sua "independência". O motivo é um protesto contra a presença nos arredores de um grupo de ciganos. Agora, as entradas da aldeia estão guardadas por robustos camponeses, usando roupas típicas da Idade Média, mas com rifles às costas. E quem quiser entrar em Cleeve Prior deve pagar um imposto especial. (JB)



CORÉIA DO NORTE

O novo inimigo de Bush

Para neutralizar Kim Il Sung, EUA jogam com o medo de armas atômicas e agitam toda a região.

Com o fim do antigo bloco socialista e a derrota do iraquiano Saddam Hussein, a Casa Branca vem buscando neutralizar os possíveis candidatos a adversários que ainda sobrevivem. As pressões contra Cuba se intensificaram, o líbio Muamar Gadafi vem sendo acusado de ordenar a explosão de um Jumbo, que matou 270 pessoas sobre a Grã-Bretanha, e agora os Estados Unidos garantem que a Coréia do Norte está prestes a conquistar sua bomba atômica. Um dos últimos regimes ainda fiéis ao "socialismo real", a Coréia do Norte é governada com mão de ferro pelo campeão mundial de longevidade política, o grande líder Kim Il Sung, no poder desde 1945. Aliado fiel de Moscou, o regime norte-coreano de partido único sobreviveu ao colapso do bloco soviético. E segundo a Casa Branca, Kim Il Sung está tentando reforçar seu esquema de segurança por meio de um vasto programa nuclear. O objetivo dos Estados Unidos é forçar a Coréia do Norte a abrir suas instalações nucleares à inspeção internacional. Como o país não assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas, seu potencial nuclear ainda não é totalmente conhecido no Ocidente.

JOGO DE CENA. Para aumentar as pressões contra Kim Il Sung, seu arquiinimigo, a Coréia do Sul, anunciou uma proposta de desnuclearização da área. Os EUA começaram a retirar as ogivas nucleares que mantinham em território sul-coreano, e cuja existência nunca havia sido confirmada por Washington. George Bush também pretende mandar para casa até o fim do próximo ano cerca de sete mil dos 40 mil militares dos EUA estacionados na Coréia do Sul.

Kim Il Sung reagiu dizendo que a denúncia sobre a bomba

atômica norte-coreana é "uma propaganda vergonhosa", e garantiu que seu programa nuclear tem objetivos pacíficos. Ele disse que pode aceitar a desnuclearização da área "no futuro". Mas quer em troca a abertura de um diálogo com a Casa Branca, com quem o regime está rompido desde a Guerra da Coréia (1950/53). O dirigente comunista garante que só haverá inspeção internacional nas instalações nucleares de seu país quando os EUA retirarem todo o seu arsenal atômico da Coréia do Sul. Ele exige ainda que as inspeções sejam feitas ao mesmo tempo nas duas Coréias.

TÁTICA DÁ FRUTOS. A discussão deve se arrastar por um longo tempo. Mas enquanto isso, George Bush já colheu o primeiro fruto de suas pressões contra o regime norte-coreano. A suposta ameaça da bomba atômica de Kim Il Sung fez com que o Parlamento japonês aprovasse há pouco uma nova lei, permitindo que seu exército participe de forma mais ativa em operações internacionais, semelhantes à que a Casa Branca conduziu contra o Iraque. Graças à nova lei, deverá crescer a presença militar norte-americana no Japão. São cerca de 50 mil soldados dos EUA em território japonês, que logo receberão novas unidades de caça-bombardeiros "Stealth" e antimísseis "Patriot". O

voto do Parlamento representou um passo atrás na tradição de relativo pacifismo que o Japão havia criado depois da Segunda Guerra. E atendeu a uma velha reivindicação dos Estados Uni-

dos, que há décadas defendem um "maior envolvimento japonês" nos assuntos regionais de segurança.

JAYME BRENER



CRISE DA BOLSA

EUA : o alarme final ainda não soou

Queda das ações sinaliza apenas ajustes da economia à revolução tecnológica

Não se está assistindo ao pirotécnico fim do capitalismo. Até porque a alternativa, o socialismo, está vivendo uma enorme crise.

Ninguém também está prevendo uma repetição do *crash* da Bolsa de Nova York. O que está acontecendo é um "encontro" entre o mercado financeiro, no caso a Bolsa, e a chamada economia real.

O fato é que a Bolsa de Nova York saiu na frente, especulando sobre a recuperação da economia - cujo PIB cresceu 1,7% na taxa anualizada do terceiro trimestre. Segundo os analistas, o movimento especulativo acabou sobrevalorizando em 12% os

preços das ações.

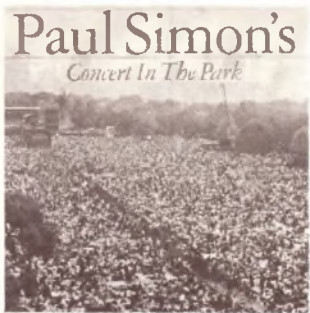
Chegou o dia 15 de novembro, data do vencimento das opções e do mercado futuro (uma espécie de jogo clássico para a especulação). O vencimento acabou coincidindo com a decisão do Congresso de tabelar os juros dos cartões de crédito - um dos poucos segmentos lucrativos dos bancos. Um misto de especulação, desapontamento e pânico fez o serviço: a Bolsa sofreu sua quinta maior queda num único dia.

ICEBERG. A queda colocou sob holofotes uma economia que, embora recuperando algum crescimento, está convivendo

com graves desajustes: um déficit fiscal, que ficou em 268 bilhões de dólares em 1991, e um déficit comercial superior a 99 bilhões de dólares. Os déficits comercial e fiscal são apenas a ponta de um iceberg. Na verdade, a economia de cada país central está tentando enfrentar os novos parâmetros dados pela revolução tecnológica. A economia de produtos primários desconectou-se da economia industrial. A matéria-prima participa com 1 a 3% do custo de um semicondutor microchip, com 40% de um carro e com 60% de uma panela. O emprego está se desconectando da produção. Os japoneses assumem que deverão dobrar a

produção com 30% a menos de operários em 20 anos. A nova indústria é de conhecimento intensivo e não de trabalho intensivo. A sofisticação tecnológica, no limite, diminui as vantagens da economia de escala: uma empresa média pode oferecer vantagens comparativas a uma grande. Por fim, o fluxo de capital desconectou-se da economia real. Em 1986, todos os bens e serviços negociados nos EUA somavam 3 trilhões de dólares; as transações iene versus dólar giravam 35 trilhões de dólares ao ano. O capitalismo não está terminando. Está mudando.

RODRIGO DE OLIVEIRA



MELODIA DA PERCUSSÃO

Amigo, faça uma experiência - ouça o disco **Concert in the park**, do Paul Simon, agora, depois que ele andou pelo Brasil, com o grave no máximo e os agudos e médios pela metade. Sem desmerecer os outros, e muito menos o Paul Simon, que sem dúvida é um dos músicos brilhantes de nosso tempo, você vai ver que eles formam um excelente acompanhamento melódico para a lírica batida à brasileira que faz a percussão. Não há por-que-me-ufano-do-meu-país nisso, porque aliás eu não me ufano. Mas é só ouvir e sentir que é demais. E isso pega o disco inteiro, desde o começo. Na faixa **"The obvious child"**, que abre o disco e onde aparecem como convidados os meninos da banda Olodum, da Bahia, a rítmica leva os assistentes ao delírio (foi gravado ao vivo, no dia 15 de agosto deste ano, no Central Park de Nova York), e justo na parte em que o toque de caixa dos meninos lembra, de forma arvezada, aquelas tarolas dos desfiles escolares da nossa infância não tão querida, mas que os anos não fazem mais. Outra passagem curiosa é ouvir o clássico **The boxer**, na parte em que o Paul faz um *pot-pourri* de antigos, misturando muitos artistas do mundo inteiro que compõem a banda, tendo ao fundo um discreto surdão à brasileira. Isso é Primeiro Mundo; o resto é conversa de botequim do planalto.

Concert in the park, de Paul Simon
BMG Ariola, 1991

BOMBACHAS E ROQUE'N ROLL

A novidade do **Vários Variáveis**, último disco do conjunto Engenheiros do Hawaí, é a apresentação dos tons gauchescos em algumas letras e passagens. O impacto maior é a faixa "Herdeiro da pampa pobre", de Gaúcho da Fronteira e Vainê Darde, onde a campanha gaúcha aparece com o gênero feminino conforme a versão semicastelhana sulbrasileira.

"Herdei um campo onde o patrão é rei/tendo poderes sobre o pão e as águas/onde esquecido vive o peão sem leis/de pés descalços cultivando mágoas/". A letra retoma os motivos do chamado ciclo do gaúcho a pé, quando o antigo monarca das coxilhas, dos mitos e lendas perde o cavalo, os arreios de prata, e passa a ser esfolado na dura "coroa de miséria" que começa a cercar as cidades gaúchas a partir dos anos 50 - uma temática do romance gaúcho que retoma a migração nordestina, do romance dos anos 30. Haja, portanto, raiz em tudo isso.

No disco dos Engenheiros há um certo ar de buscar raízes que começa a aflorar de novo na produção cultural mais recente no Brasil. É o PT que vai em busca de suas raízes no Congresso marcada para a mítica e legendária São Bernardo; o Paul Simon vai em busca de raízes sonoras pelo mundo a fora; Caetano atrás de Narciso. As outras faixas dos Engenheiros mostram um cuidado maior que o habitual, que neles já é bom, com as letras, uma busca de um trabalho mais acurado, que, no caso, os ancora numa tradição modernista de fragmentação criativa do verso melódico, coisas que o seu rock lascado ainda mantinha, apesar das falas exaltadas e clamativas.

Vários Variáveis, dos Engenheiros do Hawaí
BMG Ariola, 1991

(FA)

MÚSICA

Narciso, tarde demais

Caetano diz que "somos a mais triste nação" e que precisamos de espelho.

Caetano Veloso é um dos poetas notáveis da língua portuguesa: esta tradição, firmada em sua longa carreira, continua de pé neste **Circuladô**, seu último disco. Caetano trabalha em cima de múltiplos registros, onde se reúnem tradições de diferentes épocas culturais de nossa língua. Juntas vão a lírica trovadoresca medieval, a lírica renascentista portuguesa, características dos cantores nordestinos, heranças do modernismo brasileiro, e uma leitura do presente que o aproxima da poesia de vanguarda, principalmente dos poetas concretos, Haroldo e Augusto de Campos, dos anos 50 e 60.

De uns tempos para cá, Caetano vem se dedicando, às vezes com discrição, às vezes não, a bater na tecla de uma releitura do mito de Narciso como algo necessário nesta nossa América brasileira, "católica e incompetente", citando outro de seus versos. O ponto de vista que Caetano explora é interessante e revelador. Faltaria à nossa cultura cotidiana recente, aquela paixão pela beleza que caracteriza o mito do jovem grego, apaixonado por sua beleza, e que, sem poder reconhecer sua imagem vista no lago, nele se afoga em busca do que vê.

É uma leitura curiosa de um mito presente em nossa cultura há muito tempo, o da viagem, da aventura, da descoberta. Aqui a viagem se transformaria em busca de introspecção e consistência, que pudessem justificar uma nova ordem cultural, onde "gente é para brilhar, não é para morrer de fome", como ele diz num de seus versos anteriores.

Este toque de Narciso reaparece à tona neste disco, em especial na faixa "Santa Clara, padroeira da televisão". Falta a nós, nestes tempos duros, o necessário amor de si mesmo. Somos "a mais triste nação", como ele mesmo diz em outra faixa, "O cu do mundo", retomando versão tradicional da ingloria tragédia brasileira (somos "as três



raças tristes"). Este chamado à reflexão é um dos traços também mais interessantes e sempre presentes na poesia e nos arranjos de Caetano e que, neste disco, vão em busca de uma simplicidade, entre a rítmica presente, mais característica dos seus primeiros discos. Fico pensando se neste Narciso que Caetano procura ressuscitar há mais de futuro ou mais de nostalgia, se não foi uma espécie de porre de Narciso, belo, ousado e frágil, que nos levou, geração de 68, de que Caetano faz parte, às barricadas e trombadas que demos e buscamos naqueles anos. Parodiando um outro grande lírico da língua, Fernando Pessoa, podemos nos perguntar - e éramos felizes? A resposta é "fomos outrora agora", como diz o mesmo poeta, que, aliás, Caetano lia nos palcos da TV de então, e cujos livros jogava para a plateia encantada pelos dois. Hoje, neste tango ca-fona e abolerado, neste verdadeiro "quiereme mucho" em que se transformou nossa cultura de massas, e nossa cultura política dominante, não podemos senão lembrar com lirismo aqueles

verdes anos de narcisos adolescentes, quando afagávamos vulcões. Nestes tempos pós-modernos, Narciso feneceu neste individualismo feroz e desbocado que faz pretensão líder sindical se aferrar a cargo de ministro como cachorro a filé, e outro ir para as revistas falar de suas masturbações mentais, sem falar em playboys que sonham com a Presidência e no coro de esquerdistas arrependidos que às vezes infesta a mídia com seu muro de lamentações.

Sei lá, fico pensando se o que não nos falta, junto com o amor próprio que Caetano quer buscar, é um pouco mais que Prometeu - outro deus grego, que deu o fogo aos homens e por isso foi punido por Zeus - algo assim dessa capacidade de madurar idéias e com elas seguir até o fim do mundo, se for preciso.

Em todo caso, **Circuladô** é um grande disco, na melhor tradição de nossa música e língua.

Circuladô, de Caetano Veloso, Polygram, 1991

FLÁVIO AGUIAR

Ao Alberto Albuquerque que morreu fiel a seu bem querer o mundo



LIRA CUBANA, GOSTO DE RUM

Atenção apreciadores da boa música. Foi lançado recentemente no Brasil o disco **Canciones Urgentes**, do cantor e compositor cubano Silvio Rodríguez. Para quem não se lembra, Silvio Rodrigues foi apresentado no Brasil em 1978 por Chico Buarque, que gravou no LP Cálice, a música Pequena Serenata Diurna ("Vivo en un país libre/cual solamente puede ser libre...")

Canciones Urgentes traz preciosidades como **Causas y Azares**, **Unicórnio**, **La Maza**, **Sueno con Serpientes**, além de nos indagar provocadoramente: "Hasta donde debemos practicar las verdades?/Hasta donde sabemos?" (**Playa Girón**). Silvio Rodrigues define sua música como "música para ser escutada". Muitos em Cuba o chamam de "el poeta que canta". Ele consegue unir seu profundo engajamento político como cubano e socialista, com uma poesia lírica e refinada. Suas canções sentimentais, falam do amor e de amores, da vida e suas interrogações. Sua capacidade para transformar em poesia os pequenos momentos cotidianos, o tornam um compositor indispensável.

Músico autodidata, leitor de Byron, Hoffman e Poe, apreciador de Beethoven, Mozart e Tchaikovski, e influenciado por Victor Jara, Violeta Parra, Bob Dylan e Beatles, Silvio, juntamente com Pablo Milanés, é hoje um dos mais populares artistas cubanos.

Talvez, porque consiga refletir em suas canções a solidariedade íntima que une todos os homens e mulheres. Como disse o escritor Dreiser: "Mesmo no socialismo João amará Maria e Maria amará José. Isto pode provocar desgraça. E nada do que o Politburo possa dizer modificará isso".

Canciones Urgentes é uma coletânea que traz composições gravadas entre 1978 e 1988, reunidas para serem lançadas nos EUA. A edição brasileira reproduz **ipsis litteris** a americana, inclusive trazendo as versões da letra em inglês (um absurdo!). Mas, passe por cima disso. Silvio Rodrigues vale a pena.

Canciones Urgentes, de Silvio Rodrigues, BMG Ariola, 1991

FLAMARION MAUÉS

AS FRONTEIRAS DE JOÃO BOSCO

Inquieto e inovador, provocador e audacioso. É assim João Bosco. Um criador. Seu novo disco, "Zona de Fronteira", traz composições com Waly Salomão e Antônio Cicero, antigos parceiros de Caetano Veloso e Marina, entre outros. É um disco concebido pelos três, obra a seis mãos. O resultado desse encontro é perfeito. João Bosco encontrou poetas que dão conta das suas sinuosas melodias: as letras pulsam - e dizem - no ritmo certo. Integram "a estação razão à intuição", voando "acima de todas as montanhas e abismos/que há no país".

O trio mostra que está com os pés no chão, sem perder-se na perplexidade que assola o Brasil. Sua palavra de ordem: "Se as coisas nos reduzem simplesmente a nada/do nada simplesmente temos que partir" (Trem Bala). E partem, constatando que este "nada" na verdade está prenhe, vivo: "pois justo na terra de ninguém/sucumbe um velho paraíso?... um continente por se descobrir/... um território que está por explodir..." (Zona de Fronteira).

João Bosco está afiadíssimo como cantor, em vários momentos sendo inevitável a comparação com Gilberto Gil. "Zona de Fronteira" é ótimo, gosta-se na primeira audição. E prova que, apesar da Aids, a troca de parceiros ainda é recomendável, ao menos na música.

Zona de Fronteira, de João Bosco, Columbia, 1991

(FM)



A volta do passado

O descaso do governo tem preço: o povo morre de lepra, cólera, malária e tuberculose.



UM QUADRO DOENTIO

Cólera, dengue, hanseníase e febre amarela estão entre as doenças de notificação obrigatória ao Ministério da Saúde, quando detectado um caso. Não existe, contudo, estrutura para que esta orientação da legislação seja cumprida na maior parte do território brasileiro.

♦ **O desconto do INSS do salário do trabalhador** é utilizado para três finalidades: parte vai para a saúde, parte para a Previdência Social (que o Magri não usa para pagar os aposentados decentemente) e o restante para o Fundo Nacional de Solidariedade, que administra a LBA. Portanto, parte desse dinheiro serviu até há pouco para dona Rosane Collor fazer "caridade", como distribuir cestas básicas em Alagoas antes das eleições para governador.

♦ **Este quadro, mais a lembrança** de que a vida média do brasileiro era, em 1980, de 64 anos (não em todo o Brasil: na Paraíba, por exemplo, não passava de 44), e que há um lobby para privatizar parte dos 19 mil estabelecimentos de saúde pertencentes ao poder público, ajudam a entender o desfecho da 1ª Conferência Estadual de Saúde, realizada em São Paulo, quando os 3 mil delegados, de diferentes posições políticas, criticaram o governo Collor por não cumprir a lei orgânica de saúde, segundo a qual toda a verba para a saúde deve ficar com o Fundo Nacional de Saúde e administrada pelo Conselho Nacional de Saúde (do qual fazem parte representantes da população). Atualmente, a verba está indo para o INAMPS.

CONCURSO DAS ÁGUAS

Está aberto para os especialistas interessados de todo o país - sejam pessoas físicas, jurídicas ou equipes técnicas - um concurso promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pelas prefeituras de São Paulo e da região do ABC, sobre aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos da região metropolitana. Os interessados devem se inscrever (ou procurar maiores informações) na SBPC até o dia 31 de janeiro, e entregar suas propostas até o dia 30 de março de 1992. O endereço é Rua Costa Carvalho, 222 - São Paulo - CEP. 05429).



A Peste Negra varreu a Europa e a Ásia no século XIV, dizimando três quartos da população. Os sobreviventes fugiam das cidades e queimavam casas e pertences, numa tentativa de conter a doença, que era transmitida por ratos: a peste bubônica. Seis séculos depois, o Brasil convive com situação semelhante. No Norte, o cólera apavora a população, alastrando-se desde que chegou à região, vindo do Peru no início de 1991.

O cólera não é, porém, a única doença medieval a assolar o Brasil. A peste bubônica ainda não foi erradicada, doenças que deveriam ter sido extintas, castigam permanentemente a população: em 1989, foram 26 mil casos de hanseníase (lepra), 72 mil de tuberculose e 570 mil de malária - taxa histórica quase constante nos últimos 10 anos.

O cólera fora erradicado no país a partir do século 19. Mas, proveniente da Índia, no início dos anos 70 atingiu o Japão, os EUA e a Itália, além de países africanos, onde já era endêmica. Nos países desenvolvidos, foi contida e desapareceu.

REPETIÇÃO. "Por volta de 1972, o Brasil esteve ameaçado pelo cólera, trazido pelos portugueses que fugiam das colônias da África", afirma Nicanor Pinto. Na ocasião, o Ministério da Saúde fez propaganda preventiva. Porém, como acontece agora, "não fez o trabalho de saneamento que realmente conteria o cólera", diz ele. A história se repetiu, mas não é mais apenas uma ameaça: notificados ao Ministério da Saúde, já existem cerca de 450 casos da doença.

"Já há uma epidemia", diz Gil Vital Alvares Pessoa, especialista no combate ao cólera e chefe da comissão de cólera do Estado de São Paulo, na segunda metade da década de 80. Gil Vital, que estudou o cólera nos EUA, na Índia e em Bangladesh, reclama da inoperância do Ministério da Saúde, que "não faz um controle efetivo nos pontos de entrada da doença". "O cólera está fora de controle".

Para Virgínia Junqueira, coordenadora do Centro de Organização da Atenção à Saúde (COAS), da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, o cólera tenderá a se tornar uma endemia. "A falta de investimento no saneamento básico, que vem desde o início da década de 70, fará com que a doença se torne endêmica nos bolsões de miséria do país, como já acontece com o dengue. A tendência é haver surto de cólera".

José Drummond, diretor do Instituto Nacional da Saúde, órgão ligado à CUT e representante da central sindical do Conselho Nacional da Saúde, atribui o cólera e as "doenças medievais" à deterioração da qualidade de vida em nível mundial. "As endemias são resultantes da falta de saneamento básico e da des-

nutrição. No Brasil, com a crise econômica provocada por Collor, cresceram doenças como a malária e a lepra. Outras, como a tuberculose, estão reaparecendo.

ONZE ENDEMIAS. Os especialistas em sanitário são unânimes em responsabilizar o governo Collor pelo desenvolvimento do cólera e das "doenças medievais", agravadas pelo aumento da miséria no país. "Embora pareça difícil, Collor conseguiu ser pior que Sarney", opina Jocélio Drummond. "Ele tem um discurso falso, se nega a aplicar o Sistema Único de Saúde (veja o quadro), investe apenas 2,4% do PIB na saúde; longe, até mesmo da média da América Latina, que é cerca de 8% do PIB, argumenta Jocélio.

Os indicadores sociais refletem essa situação: a expectativa de vida no Brasil é igual à do Paraguai (64 anos) e menor que a da Costa Rica (73 anos). A mortalidade infantil brasileira (89 crianças em mil), porém, é maior que a paraguaia (73 em mil) e a costarriquenha (22 em mil).

A falta de saneamento e a desnutrição fazem com que o Brasil conviva com 11 endemias, entre elas a febre amarela, e a doença de Chagas. Além disso, estima-se que a desnutrição seja responsável por 27% dos óbitos de crianças de até 1 ano de idade.

"Collor merece um zero com louvor", ironiza Gil Vital. "Dêem-me liberdade de ação e eu exterminarei a febre ama-

rela dentro de três anos", dizia Oswaldo Cruz no começo do século. Ele não contava com o implacável "exterminador do futuro", um grande parceiro do *Aedes aegypti* que ele tentou combater.

JUSTINO PEREIRA

ALCENI: FORA-DA-LEI E PRIVATISTA

A gestão Alcení Guerra no Ministério da Saúde é marcada pelo não cumprimento da lei. O ministro burla a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080, de 1990), vetando 25 artigos referentes à distribuição das verbas e a participação popular na elaboração das políticas de saúde do país. "Após as conferências municipais e estaduais da saúde, que são deliberativas, Alcení se nega a convocar a conferência nacional. Ele chegou a admitir publicamente que não convocava a conferência porque a CUT havia eleito a maioria dos delegados", diz Jocélio Drummond, diretor do Instituto Nacional de Saúde. Ele queixa-se também das empresas privadas de saúde, que querem para si apenas as áreas lucrativas, como o tratamento de doenças renais crônicas, a hemodiálise e as cirurgias.

Virgínia Junqueira, da Secretaria Municipal de Saúde, reclama da iniciativa privada, que tem muito poder junto a Alcení Guerra. Alerta também

para a forma como é feito o repasse de verbas para os municípios, que não leva em conta os critérios técnicos e populacionais estabelecidos pela Lei Orgânica da Saúde. "Collor estabeleceu o repasse de verbas por produção, o que é ilegal e não atende aos municípios conforme as necessidades específicas", denuncia ela. E completa: "O ministro não leva em conta a qualidade do serviço, os investimentos em mão-de-obra e não tem uma política de saúde voltada para a prevenção".

J.P.

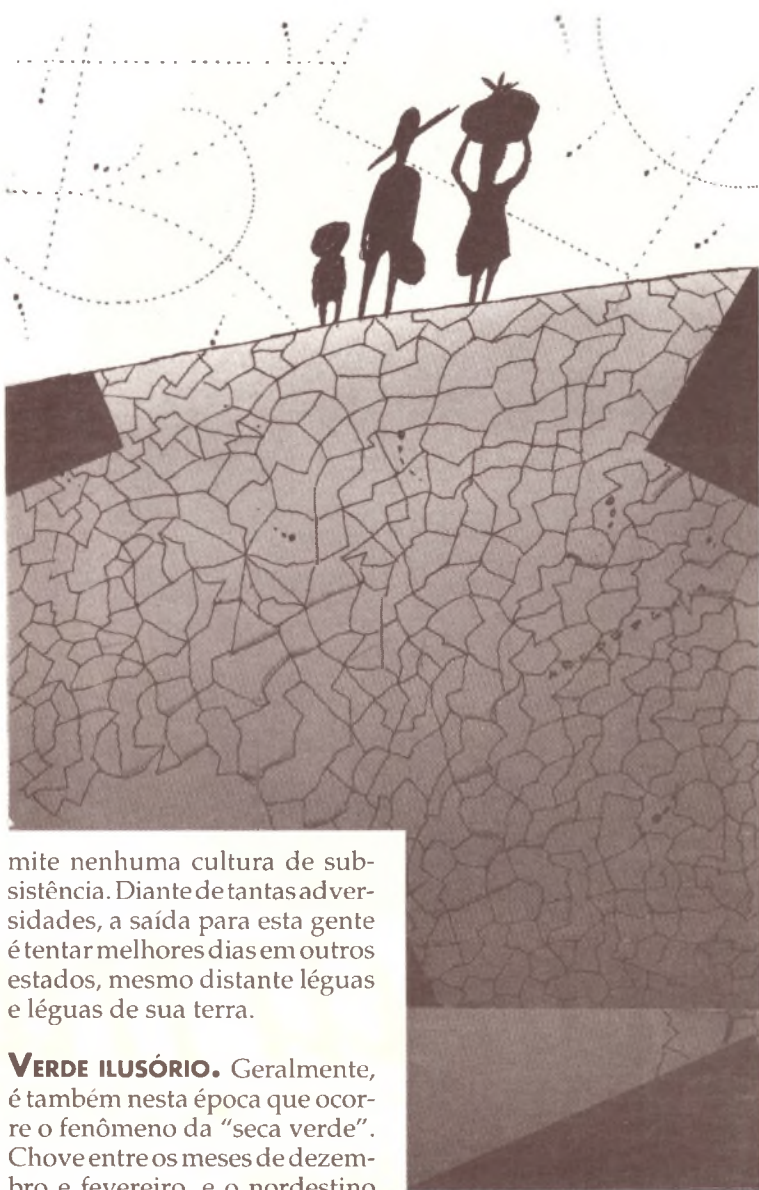
Nenhum fruto à colher

**“O que não sobe para São Pedro
desce para São Paulo”
(frase no pára-choque de um pau-de-arara)**

O sol estava a pino, quando o velho caminhão Ford, com placa de Juazeiro do Norte (CE), acabou de abastecer num posto no entroncamento da BR-407, na cidade de Juazeiro (BA), e rugiu o motor, levantando uma nuvem de poeira que fez várias pessoas ao redor tossirem. Mesmo assim deu para ouvir o retirante Raimundo Nonato Pereira dos Santos, cearense de Crato, 36 anos, mas com aparência de mais de 40, gritar: “Nosso destino é São Paulo. Lugar onde temos a certeza de poder encontrar trabalho que nos permita sobreviver como gente, coisa que não acontece no Nordeste brasileiro. Temos consciência das dificuldades que vamos encontrar em terras estranhas, mas, de cabeça erguida aceitamos o destino e não receamos o sofrimento, pois convivemos com ele, nessa terra onde só sobrevive “coronel”, calango e mandacaru”.

RUMO A SÃO PAULO. O destino e o desabafo de Raimundo Nonato são iguais aos de dezenas de retirantes nordestinos que todos os dias “fogem” para São Paulo para não morrer de sede e de fome. As viagens dos “paus-de-arara”, caminhões que transportam os retirantes, aumentam consideravelmente de setembro a dezembro, quando a seca castiga mais ferozmente a região, causando a morte de pessoas e animais. Depois de muito pensar, eles decidem tentar a vida em São Paulo. Onde nasceram não existe condições de trabalhar e viver. No sertão nordestino, a remuneração por uma semana de serviço, quando se encontra trabalho, é de Cr\$ 2 mil.

Nessa época, a seca não per-



mite nenhuma cultura de subsistência. Diante de tantas adversidades, a saída para esta gente é tentar melhores dias em outros estados, mesmo distante léguas e léguas de sua terra.

VERDE ILUSÓRIO. Geralmente, é também nesta época que ocorre o fenômeno da “seca verde”. Chove entre os meses de dezembro e fevereiro, e o nordestino planta, mas, na época da floração, a seca já voltou à cena. A paisagem fica verde de folhas, mas nenhum fruto para colher. Muita gente perde colheitas inteiras, e nem a agricultura de subsistência escapa.

Na Bahia, de setembro até agora, 64 municípios, dos 415 que compõem o Estado, já de-

cretaram “estado de emergência”. A seca atinge quase 300 cidades. Apenas como exemplo, a prefeitura da cidade de Jânio Quadros, localizada a cerca de 600 quilômetros de Salvador, contratou um ônibus que faz pelo menos uma viagem por semana a São Paulo, transportando gratuitamente famílias que

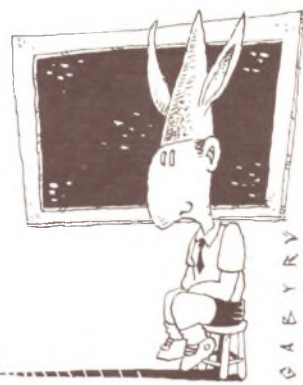
fogem da seca. “Se eles ficarem aqui, vão morrer de fome e sede”, garante o prefeito local.

A seca, tanto a “verde” como a “tradicional”, atinge basicamente os pequenos agricultores e aqueles que plantam para comer. Os grandes latifundiários, no entanto, passam ao largo do problema. Eles recebem incentivos bancários e dos governos, e possuem em suas propriedades as mais modernas técnicas de irrigação. Os pequenos, que não têm acesso a esses benefícios, invariavelmente acabam vendendo por ninharia suas terras aos coronéis e buscam em São Paulo a “terra prometida”.

INDÚSTRIA RENDOSA. Este “fenômeno” ocorre há quase um século e é conhecido como indústria da seca. Para uma parte dos nordestinos - políticos pertencentes a velhas oligarquias e grandes latifundiários - a seca é um negócio altamente rentável. A frieza dos números garante que o problema do Nordeste não é de falta d’água e sim de boa vontade política. A região possui mais de 20 bilhões de metros cúbicos de água acumulados artificialmente, significando a maior reserva artificial do mundo. Esta água, porém, não está disponível para a população carente e sim para a produção de energia, complexos agro-industriais e grandes proprietários.

Nesta centena de anos, a boa vontade ficou a serviço de quem não precisava tanto dela. De acordo com representantes da Comissão Pastoral da Terra, (CPT), a seca é utilizada por estas pessoas para manter uma espécie de dominação sobre a região.

NELSON RIOS,
de Salvador



EDUCAÇÃO: CUT NA BRIGA

O Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT organizou seminário sobre “A educação e os trabalhadores” nos dias 25 e 26 de novembro, na Escola de Formação Sindical 7 de Outubro em Belo Horizonte. O seminário contou com a participação de diversas entidades, e a representação de 17 CUTs estaduais. O item mais polêmico foi o de saber se, numa projetada campanha pelo ensino público, a CUT deveria privilegiar o ensino fundamental ou uma visão global do sistema educativo, da creche ao 3º grau. Não houve votação. A recomendação final sublinha a luta pelo sistema global de ensino e destacando, na conjuntura, a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

A ANDES-SN E A CARREIRA

O Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) reuniu-se em Maceió de 12 a 16 de novembro, com 50 delegados e outros tantos observadores presentes de todo o país. Dois temas agitaram o evento: a discussão de uma resolução que indicava a luta pelo fim do governo Collor, junto com a formulação de alternativas em torno do **impeachment** ou de uma emenda parlamentarista com eleições gerais; e a discussão sobre que tipo de carreira universitária o sindicato deve adotar como reivindicação nacional unificada. Neste caso, a decisão ficou remetida para o Congresso Nacional da entidade em fevereiro, em Cuiabá. Há três propostas alternativas: uma que baseia a progressão na carreira exclusivamente na titulação (mestrado, doutorado); outra que não leva em conta, basicamente, a titulação, fazendo que quem obtenha um título simplesmente queime etapas; e uma terceira que implica em titulação e numa avaliação periódica dos docentes, com níveis intermediários entre os títulos reconhecidos.

LIVROS

Assunto quente, texto frio

O colapso do regime soviético enquadrado pelo Manual de Redação.

A **Folha de S. Paulo** decidiu entrar de vez no ramo editorial, com a publicação de *A Segunda Morte de Lênin: O Colapso do Império Soviético*, de José Arbex Jr. - correspondente da *Folha* em Moscou (1988-1990) -, e responsável pela cobertura da retirada soviética do Afeganistão, da primavera de Pequim, da retirada vietnamita do Camboja e da queda do Muro de Berlim.

O livro vai decepcionar quem acompanhou os artigos de Arbex na própria *Folha*: a maior parte do livro é uma recompilação daqueles artigos, aos quais se acrescentaram entrevistas feitas por Arbex, e também já publicadas, com dez personagens soviéticas (a melhor parte do livro). Além disso, há muitas fotos, vários mapas e tabelas, e um “vocabulário de perestroika”.

Como novidade, há o prefácio - assinado pelo professor da USP Nicolau Sevcenko -, e os capítulos “O caminho das estátuas totalitárias” e “História sem fim”, em que Arbex emite suas opiniões sobre o sentido histórico dos acontecimentos que, em grande parte, presenciou. Quem decidir gastar 8 mil cruzeiros no livro de Arbex não deve ter ilusões. Arbex não é John Reed, nem seu livro é *Os dez dias que abalarão o mundo* - ainda que ele tenha confessado que demorou, para escrevê-lo, exatos dez dias. Por outro lado, quem quiser encontrar um livro mais rigoroso no registro ou na análise dos fatos, tem outros à disposição.

Mas para entender o que passa pela cabeça da **Folha de S. Paulo** no que se refere à questão do socialismo, o livro de Arbex é imperdível. Somente nele pode-se ler pérolas do se-

guinte tipo: “não há socialismo democrático, pelo simples fato de que para ser democrático o socialismo teria que deixar de ser socialismo”; ou então: “o fim do socialismo não prova a superioridade do capitalismo. Só prova que o socialismo acabou”. Alguém de direita trataria destes temas com mais profundidade e seriedade; Arbex não consegue fazê-lo, assim como a maioria do alto escalão da **Folha de S. Paulo**: seu passado militante lhe impede de tratar racionalmente certos assuntos. Talvez por isso o livro conclua dizendo que o que está em questão não é o socialismo, mas “a fé no poder da Razão”. Verdade seja dita: para todos aqueles que algum dia tiveram fé na razão, vivemos tempos em que se recomenda não escrever livros.

VALTER POMAR

ASSINE JÁ **BRASIL AGORA** ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a João Machado Borges Neto. Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318 e 220.7718

NOME _____
END. _____
Nº _____ APTO _____
MUNICÍPIO _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

- ☐ Assinatura 12 edições Cr\$ 10.800,00
- ☐ Assinatura para o exterior US\$ 40,00
- ☐ Assinatura de apoio Cr\$ 18.000,00
- ☐ Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 21.600,00
- ☐ Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 36.000,00

M-19

"A cultura da guerrilha é do campo, onde é muito fácil fazer uma guerrilha, mas é muito difícil ganhar uma guerra", diz Antonio Navarro Wolf, presidente da Aliança Democrática M-19, partido formado basicamente por guerrilheiros do Movimento 19 de Abril (M-19) e outras três organizações que depuseram as armas na Colômbia. Anterior à própria guerrilha que tomou o poder em Cuba, em 1959, a guerrilha colombiana é a mais antiga do mundo. O M-19, fundado em 1972, era o grupo mais numeroso quando abandonou a luta armada, em março de 1990, para tornar-se um partido institucional. Antonio Navarro Wolf esteve no Congresso do PT, onde deu esta entrevista a Mouzar Benedito.

Além de presidente do M-19, você tem mandato parlamentar?

Sou desempregado... (risos). Fui presidente da Assembléia Constituinte que terminou em julho deste ano. Como membro da Constituinte, eu não podia ser candidato a nada nas eleições seguintes.

Porque o M-19 deixou a guerrilha e passou a ser um partido institucional?

Primeiro porque a população colombiana queria a paz, estava cansada da guerra. Segundo, porque havia um espaço político aberto, um vazio político, que não podíamos ganhar dentro da guerrilha. Era necessário estar dentro da institucionalidade para tentar preencher esse vazio político. E, terceiro, porque negociamos o processo de incorporação à vida civil. Isso está muito na história da Colômbia, dos processos de guerra e de reconciliação. Este já é o terceiro processo de paz deste século em nosso país. No início do século houve um acordo de paz entre liberais e conservadores. Em 1957 houve outro e agora estamos no terceiro.

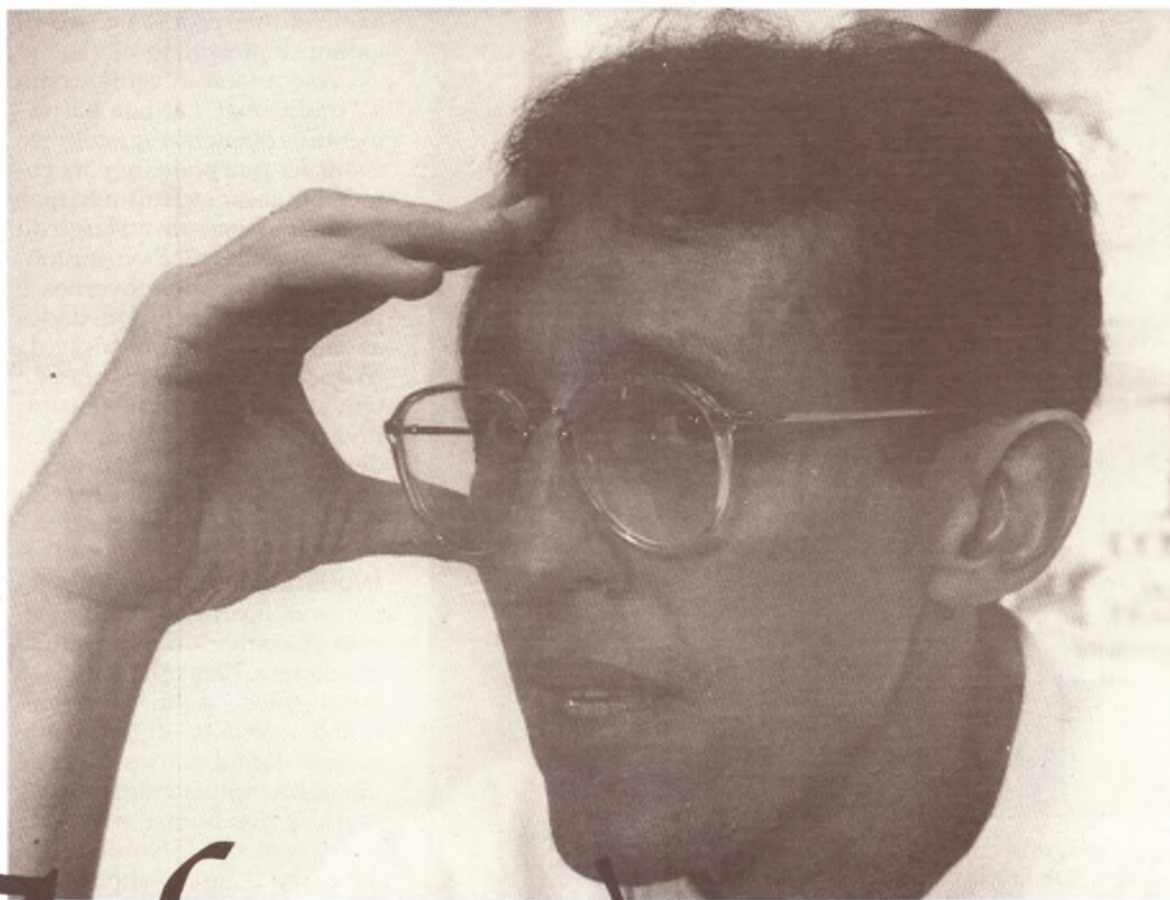
Qual é o acordo firmado com o governo?

Foi uma série de acordos. Primeiro, certo favorecimento para incorporação na vida política. Segundo, uma série de reformas básicas das instituições. Terceiro, uma reinserção econômica dos guerrilheiros. Quarto, uma série de acordos sobre segurança para nos reincorporarmos à vida civil.

Houve uma anistia para os presos?

Sim, claro. Houve uma anistia geral. Esse foi um dos elementos centrais do acordo. Mas o indulto foi o último ponto da negociação.

Vocês tiveram que entregar



HUGO SCOTTE

Adeus às armas

"A onda neo-liberal não vai durar muito na América Latina, porque não é séria"

as armas?

Sim, nós entregamos as armas, mas não ao governo. Foi para uma comissão internacional, que as fundiram numa siderúrgica.

Qual é a força do M-19 hoje na Colômbia?

Somos o segundo maior partido da Colômbia. Claro que o primeiro é muito maior, mas nas eleições para a Constituinte, em dezembro do ano passado, tivemos 28% dos votos. Nas eleições para o Congresso, alcançamos 10%.

Há possibilidades de chegar ao poder? E é a curto, médio ou longo prazo?

Sim, há. Nossa aspiração é chegar ao poder em 1994, quando haverá eleições para presidente, mas não é fácil. Esperamos ter a segunda votação nessas eleições, e elas serão em dois turnos. Poderemos vir a ganhar no segundo turno, se fizermos uma grande aliança.

O programa de vocês é socialista, social-democrata?

Não é socialista nem social-democrata, é colombiano. Os pontos principais: integração latino-americana e independência nacional na política internacional, democracia política, econômica e justiça social. É um programa para buscar uma sociedade auto-sustentável do ponto de vista econômico e ecológico. E justa, equilibrada. Nossa sociedade é hoje muito desequilibrada.

Como os grupos que permanecem na guerrilha vêem vocês?

Havia seis grupos guerrilheiros. Quatro deixaram as armas e formamos nosso partido, que se chama Aliança Democrática M-19, composto pelo próprio M-19, pelo Exército Popular de Libertação, que foi da guerrilha maioísta, o Movimento Armado Quintín Lame e outras pessoas de esquerda, de setores do Partido Liberal e do Partido Conservador. Há ainda duas grandes

organizações na guerrilha: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e o Exército pela Libertação Nacional (ELN). Estão em armas, mas negociando com o Exército. O que pensamos de nós é que somos demasiados pacifistas.

E os outros partidos de esquerda, o que pensam de vocês?

Não há outros partidos de esquerda. Só o PC. Todos os outros estão conosco. Pode haver algum grupo pequeno trotsquista.

E o PC é um aliado de vocês?

Não! Ele defende a combinação simultânea de todas as formas de luta, inclusive a guerrilha. Nós não concordamos com isso. Nós deixamos as armas, deixamos a guerrilha para trás. E eles defendem o socialismo ortodoxo, com o que também não concordamos.

Como vocês encaram essa proposta neo-liberal que está correndo o mundo?

Nós temos certas coisas da economia que devem ser internacionalizadas. É até indispensável que se internacionalize, mas passando primeiro por uma integração regional - primeiro latino-americanizar a economia, para que a integração seja benéfica para nós. Mas não estamos de acordo com o desaparecimento ou a redução do Estado à sua mínima expressão. Não se pode privatizar tudo, e estão privatizando até a Justiça! Não estamos de acordo com isso. Precisamos ter um Estado capaz de cumprir seu papel. Não um Estado grande corrupto, corrompido, mas um Estado eficaz.

Na América Latina, eu creio que essa onda neo-liberal não vai durar muito. Estou chegando do Japão, Coréia e Taiwan e vi que todos têm um Estado forte e eficaz. E os nossos Estados aqui são ineficientes, burocratizados e corruptos.

Como vocês pensam resolver a questão do narcotráfico na Colômbia?

O narcotráfico é uma endemia, como a malária, que não se tem como erradicar; o que se pode fazer é controlar. É a única posição realista. Ele é um problema para nós, porque corrompe, usa a violência, produz

mais problemas, mas não se pode erradicar porque há demasiado dinheiro, há demasiado consumo.

O governo colombiano acusava a guerrilha de ter ligações com o narcotráfico. É verdade?

O governo sempre soube que isso não é verdade. Mas na guerra lançou mão dessas acusações. Faz parte da guerra.

Vocês renunciaram de vez à violência? Achem que podem chegar ao poder sem ela?

Eu creio que sim.

Quais são as relações do M-19 com outros partidos do Brasil e da América Latina?

Estamos começando a criá-las. Antes tínhamos relações com as guerrilhas, agora estamos começando as relações com partidos políticos. De esquerda, de centro, falamos com todo mundo.

Aqui no Brasil vocês vão conversar com quem?

Estamos no Brasil numa visita diplomática. Vamos nos encontrar com muitas forças, com quem queira falar comigo. Vamos falar com o PT, o PDT, o PSDB, o PMDB...

Vocês se identificam com algum partido brasileiro?

Não temos informações suficientes. Há semelhanças, talvez.



BRASIL
AGORA



(FRASE VISTA NO CONGRESSO DO PT-SBC)

A FAVOR DA VIDA NO CAMPO



***"A novidade é que o Brasil não é só litoral
é muito mais, é muito mais do que qualquer zona sul
tem gente boa espalhada por esse Brasil
que vai fazer desse lugar um bom país"***

***"Uma notícia tá chegando lá do interior
não deu no rádio, no jornal ou na televisão
ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil
não vai fazer desse lugar um bom país"***

Notícias do Brasil (Os Pássaros Trazem)
Milton Nascimento e Fernando Brant

BENVINDO AO CAMPO DAS CONTRADIÇÕES

Convidamos você, leitor, a conhecer um pouco mais o "mundo rural", sob a ótica dos trabalhadores, dos produtores de fato de toda essa riqueza agrícola, estimada em até 35% do Produto Interno Bruto brasileiro. Somos um universo de 14,2 milhões de trabalhadores, em uma população de 36 milhões de habitantes - hoje não mais de 25% de toda a população do País.

Esse verdadeiro exército concentra metade dos pobres do Brasil, e passa muita fome, apesar de produzir anualmente 65 milhões de toneladas de grãos, 20 milhões de toneladas de mandioca, 12 bilhões de litros de leite, outro tanto de álcool, apenas para citar os itens mais importantes. Cerca de 25% dessa produção vai para o exterior, gerando divisas anuais superiores a 10 bilhões de dólares.

Normalmente a tevê, revistas e jornais, destacam os grandes empresários do negócio agroalimentar (o "agrobusiness"), latifundiários "modernos", como se fossem eles, e não os cinco milhões de pequenos e médios produtores rurais, quem efetivamente produz alimentos, energia e fibras neste País. Esses capitalistas "modernos", sempre prontos a proclamarem a ineficácia da Reforma Agrária e da pequena produção familiar - que defendemos aqui - com argumentos sólidos - pagam salário médio de US\$ 50 à massa de 5,5 milhões de empregados rurais, e não assinam a carteira de trabalho de 80% deles.

É esse mundo, relativamente desconhecido, que convidamos você a visitar conosco. Este trabalho foi elaborado com o objetivo de denunciar as diversas formas de violência no campo, desde o trabalho escravo, até os assassinatos a mando, e de apresentar questões importantes relacionadas à preservação da vida, da dignidade e do trabalho, tanto dos moradores das cidades como dos assentados, pequenos produtores com terra conquistada

na luta, ocupando, resistindo e produzindo.

Procuramos incluir aqui alguns aspectos relacionados com a especulação da terra, com o êxodo rural e com a qualidade de vida das cidades. Quanto dinheiro não é gasto, em viadutos, pontes, túneis, tentando diminuir os efeitos danosos da superpopulação, sem que se resolva o drama dos congestionamentos e do tempo gasto nos percursos casa-trabalho-casa?

Esses capitalistas "modernos", sempre prontos a proclamarem a ineficácia da Reforma Agrária e da pequena produção familiar - que defendemos aqui, com argumentos sólidos - pagam salário médio de US\$ 50 à massa de 5,5 milhões de empregados rurais, e não assinam a carteira de trabalho de 80% deles.

As limitações, de espaço e de recursos, impediram a abordagem aprofundada de algumas questões muito importantes, mas gostaríamos de lembrar-lhe das centenas de livros e publicações específicas, sobre cada um dos temas tratados, como o livro de Victor Asselin, "Grilagem - corrupção e violência em terras dos Carajás" (Vozes/CPT), um retrato excelente do processo de invasão de terras pelos latifundiários, de acumulação de terras roubadas a indígenas, posseiros e até do Estado; e "Coronel Dono do Mundo", de Luiz Luna e Nelson Barbalho, (Editora Cátedra/Instituto Nacional do Livro), sobre os latifundiários e o poder de vida e morte que, de certa forma, ainda possuem até hoje, graças à omissão criminosa das autoridades.

Toda a modernidade da agricultura capitalista não foi suficiente para sairmos da condição de população faminta, nem tampouco permitiu a utilização das terras ociosas, equivalentes à área do estado de São Paulo. Esse modelo,

amarrado à agroindústria e ao comércio varejista, beneficia tão somente os capitalistas - nem os produtores, se pequenos, nem o conjunto da população ganha com essa modernização. Os dados do Dieese comprovam que a alimentação sempre subiu acima do salário-mínimo e que o consumo de alimentos nobres (carnes, laticínios) ocorre em uma pequena parte da população.

As cidades explodem com gente sem emprego, criando favelas e mais favelas, em condições de miséria absoluta, e os campos concentram-se nas mãos de uma pequena quantidade de gigantes especuladores. Temos os maiores produtores individuais de soja, café, algodão e arroz do mundo - mas a produtividade é baixa, quando comparada com países mais desenvolvidos; a produção de alimentos básicos não avança; e ainda há incorporação, via destruição de florestas, de novas áreas para plantio.

O maior rebanho bovino da América Latina não permite aos trabalhadores equiparar-se aos nossos vizinhos em consumo de carne.

Banqueiros, industriais, pilotos de corrida, todos investem e ganham milhões de dólares na agricultura, ao mesmo tempo em que milhares de migrantes sujeitam-se à escravidão apenas para terem o que comer. São essas e outras contradições, são todas as formas de violência sobre os trabalhadores e os indígenas, que convidamo-lo a conhecer, a indignar-se e a fazer alguma coisa, para garantirmos juntos um futuro melhor para o conjunto da sociedade brasileira, urbanos e rurais, criando um outro modelo de desenvolvimento, ambientalmente auto-sustentável e capaz de distribuir melhor as riquezas geradas pela classe trabalhadora.

Seja bem vindo

**Avelino Ganzer
Presidente DNTR**

**DIMINUI O
ESPAÇO
VITAL PARA
OS 110
MILHÕES DE
URBANOS**

**Veja como a
população
brasileira vem se
espremendo cada
vez mais, apesar da
imensidão do país:**

Participação da
população das
regiões
metropolitanas em
relação ao total do
estado (1980)

**Rio de Janeiro
80%
São Paulo
50%
Recife
38%
Fortaleza
30%
Belém
29,4%
Porto Alegre
29%**

Participação em
relação ao total
do Brasil

**São Paulo
10,6%
Rio de Janeiro
7,6%**

Quase um 1/5 da
população do Brasil
se amontoa em
apenas duas regiões
metropolitanas



Esta publicação foi produzida pelo Setor de Combate à Violência no Campo, do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores. Endereço: Rua Santa Cruz, 281 - CEP 04128 - São Paulo (SP). Telefone: (011) 573-6613 - Fax: (011) 572-7537 - Textos e fotos: Milton Pomar, Diagramação e Composição: DIGI-TAR Prod. Gráficas, tel: 63-4375
Revisão: Edson Moreno - Fotolito: Edarte - Impressão: FTD - Data 6 Dez. 91

RESPOSTA ECONÔMICA

Os assentamentos de Reforma Agrária dão resultados econômicos? Áreas desapropriadas, com imissão de posse, os assentamentos recebem centenas de famílias de "sem-terra" para morar e trabalhar. Cada família deve ter, em média, um lote de 30 hectares (ha). Existem hoje cerca de 580 assentamentos no País, com aproximadamente cem mil famílias.



Pesquisa realizada pela Universidade de Cruz Alta (RS), publicada no livro "Assentamentos - a resposta econômica da Reforma Agrária" (Vozes), lançado em novembro de 91, constatou que em oito assentamentos nos quatro municípios da região, onde antes havia fazendas de pecuária, o aproveitamento econômico da terra saltou de maneira impressionante. Ironia das boas: os trabalhadores são melhores pecuaristas do que os latifundiários. Com 4.850 cabeças no total, as fazendas obtinham somente 0,32 cabeça/ha de produtividade. Os assentados, além de produzirem 85 mil sacos de trigo, 459 mil sacos de soja (safra 88/89), milho, mandioca, arroz, feijão, abóbora, batata-doce etc, etc., elevaram o rebanho para 5.730 cabeças e obtiveram uma produtividade de 0,56 cabeça/ha.

Emprego também é resultado da Reforma Agrária, não do

capitalismo agrícola ou dos latifundiários: nos oito assentamentos, a ocupação decolou dos 214 empregos da época da pecuária, para 4.406 pessoas (755 famílias). Aumentaram o consumo (eletrodomésticos 1920%; tratores 1680%; veículos de passeio 2810%, caminhões 465%), a produção de grãos (541%) e de indústria caseira (27.531%).

Ao contrário dos recursos a fundo perdido para os latifundiários, investimento em Reforma Agrária dá retorno para a sociedade: cada cruzeiro investido nesses assentamentos, gerou 2,69 cruzeiros em impostos. Os impostos estaduais e federais gerados pelos oito assentamentos se aproximam, no total, à previsão orçamentária para 1989, do município de Cruz Alta.

A média salarial da população economicamente ativa (2.566 pessoas, de 15 a 60 anos) dos

assentamentos, por família, variou de 2,8 a 4,8 salários-mínimos (S.M.) entre os que foram assentados nos anos 80, e 5,2 a 11,9 S.M., daqueles pioneiros (anos 70, quando havia recursos em quantidade suficiente), médias distantes do universo de 12,2 milhões de trabalhadores rurais ganhando menos de 2,0 S.M.

HOLANDÊS

A fazenda Anoni, nos municípios de Sarandi e Ronda Alta (RS), é a área há mais tempo em litígio, tendo gerado conflitos intensos, desde a sua desapropriação em 1971. O assentamento conhecido como "Holandês", ocupa 720 hectares, menos de 5% da área total (16.000 ha) da antiga fazenda, e abriga 35 famílias, trabalhando coletivamente (três grupos, de 4, 5, e 23 famílias) e individualmente

(três famílias). Os assentados moram em casas - ainda em construção - de alvenaria, numa agrovila.

Entre trigo, milho e soja, na safra 87/88, o "Holandês" produziu 20 mil sacos (1.200 toneladas), caindo depois, nas duas safras seguintes, em função da seca, para 14 e 13 mil sacos. A produtividade tem sido superior à média da região, em anos normais - safra 89/90, sacos/ha: trigo - 46; soja - 45; milho - 46 (na safra anterior, 98 sacos/ha).

Além dessas três culturas, planta-se de tudo um pouco no "Holandês", porque a chave do êxito está na diversificação, que inclui criações de aves, suínos, gado de leite e abelhas. Possuem dois silos metálicos com capacidade para 25 mil sacos, onde 15 associações armazenam a produção, e um pequeno posto de recolhimento e resfriamento de leite, com 5 mil litros de capacidade.

O MAGRO BALANÇO DO PNRA 1986-90

O final da ditadura militar, em 1985, ilustrado pela saída do general Figueiredo, pelos fundos do Palácio, assistiu à reaparição pública do tema da Reforma Agrária, abafado pela repressão durante 21 anos. Durante seis meses, ocorreram grandes debates, muita movimentação e uma intensa polêmica na imprensa, até a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 10 de outubro, elaborado pelo ministério (Mirad) criado especialmente para realizá-la. A versão final do PNRA, assumida pelo latifundiário José Sarney, e alterada a seu pedido por Fábio Luchesi, advogado de latifundiários, previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de ha, nos quatro anos (1986-90) restantes de seu governo.

Por ocasião da posse de Collor, o saldo do PNRA foi divulgado: 100 mil famílias assentadas, 3,2 milhões de ha com imissão de posse, e um "saldo de caixa" de 607 áreas com processos em tramitação, num total de 5,8 milhões de ha.

Nesse mesmo período, continuou o processo de expulsão de pequenos produtores, através de execuções judiciais por dívidas bancárias, sem que se saiba ainda a sua dimensão; os assassinatos de lideranças dos trabalhadores rurais e a impunidade de seus mandantes; e o aprofundamento da política agrícola beneficiando grandes esquemas agroindustriais, com a "integração" dos pequenos produtores, que **entregam**, isso sim, suas terras e o trabalho da família, a preço vil.

Desenvolvimento de técnicas populares de agricultura

Atuando com assessoria a movimentos populares rurais desde 1986, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), de Sarandi (RS) recebeu, em 88, dos assentados da Anoni uma área de 42 ha para experimentação e demonstração, onde hoje funciona em um prédio com capacidade para alojar 60 pessoas em seus cursos e seminários.

O Cetap pauta a sua atuação nos princípios agroecológicos, que significam recuperação de solos, controle biológico, adubação

orgânica e diversificação da produção. São 1.100 famílias em assentamentos e mais de 120 associações de cooperação agrícola, contando com a equipe de sete agrônomos, dois técnicos agrícolas, um veterinário, um jornalista, um administrador e mais a equipe de apoio. Esse trabalho de consolidação de tecnologias apropriadas à pequena produção, alternativas ao chamado "pacote tecnológico" - extremamente dependente de insumos industriais cada vez mais caros - é fundamental ao sucesso da produção econômica dos assentamentos.

A história do latifúndio é a história das classes dominantes do Brasil: **grilagem** de terras; **destruição ambiental**; **desvio de recursos subsidiados**; **privilégios tributários**; **sonegação** e **não pagamento de impostos**; **atraso do desenvolvimento rural** (não produzir e nem deixar que produzam); e **da impunidade e violência contra trabalhadores rurais e indígenas: assassinatos, torturas, despejos, trabalho escravo, destruição das pequenas lavouras e criações, estupros, prisões, e uma exploração sem paralelo - dos seus empregados, parceiros e arrendatários.**

Presidentes, ministros, senadores, governadores, deputados, prefeitos, juízes - os latifundiários sempre estiveram no poder, antes e depois da proclamação da República. Primeiro, os latifundiários do gado, café, algodão, cana, cacau. Hoje, também da laranja, soja, arroz - empresários dos novos complexos agroindustriais, que se formam e crescem em grande velocidade, desde os anos 70, passando a integrar um grande sistema, do negócio agroalimentar, o "agribusiness", estimando-se representar até 35% do Produto Interno Bruto.

Esse poder todo, dos latifundiários antigos, representados em 1985-89 pela UDR, vem diminuindo, graças ao crescimento das organizações dos trabalhadores, mas ainda assim, garante a impunidade suficiente para continuarem mandando matar lideranças e assessores sindicais, políticos, religiosos, advogados, indígenas e trabalhadores em geral.

Uma leitura atenta do Censo Agropecuário do IBGE, de 1985, revela que os 110 mil estabelecimentos com áreas superiores a 500 hectares (ha), concentram 206 milhões de ha, mais da metade da area total recenseada, de 376 milhões de ha. Os 170 milhões de ha restantes são divididos entre os 5,8 milhões de mini, pequenos e médios produtores, com estabelecimentos entre 0 e 500 ha.

As estatísticas revelam distorções inacreditáveis. Como aceitar, por exemplo, que uma área como a do estado da Bahia, com 12 milhões de habitantes, possa pertencer a apenas 2174 latifundiários? Ou que a área do estado de São Paulo, onde vivem 33 milhões de pessoas, equivalha à dos estabelecimentos na faixa de 50.000 e 100.000 ha (500 e 1.000 Km2), pertencentes a 3,5 mil latifundiários?

Parte desses latifúndios gigantescos, com áreas superiores a 500 km2, foram dados pelos governos estaduais ou federal, nos anos 60 e 70, a quem quisesse "colonizar" principalmente o Mato Grosso e o Pará. Fazendas foram abertas à custa de queimadas monstruosas, com recursos públicos através de incentivos fiscais, muitas delas em áreas indígenas e sobre posses de pequenos produtores.

Essa política resultou na destruição, pelos latifundiários, de acordo com levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no período 1976-89, de 40 milhões de ha (o dobro da área do estado do Paraná) na Amazônia. Esses estados perderam 8 milhões de ha (MT) e 10 milhões de ha (PA) de florestas, respectivamente 10% e 8% de suas áreas totais.

AGRICULTURA CAPITALISTA E LATIFÚNDIO ATRASADO: DOIS MUNDOS UNIDOS

Os usuários dos quase quatro milhões de carros a álcool, gastam anualmente US\$ 4 bilhões nos postos, ajudando com isso a sustentar a opulência dos latifundiários-usineiros, cerca de duzentas famílias, e a miséria dos 800 mil bóias-frias cortadores de cana. Apenas uma família, em 1988, respondia, com as suas oitos usinas, por 20% do álcool produzido em São Paulo, estado do qual saem cerca de 60% do total de álcool do País.

O complexo agroindustrial dá ao antigo latifundiário uma fachada moderna, industrial, de constante geração de tecnologia. Há quem até esqueça, por isso, o outro lado da moeda: a massa de miseráveis que morrem nos acidentes de caminhões, sendo transportados para cortar a cana; por acidentes no próprio trabalho; e de fome, graças à exploração brutal, do latifundiário atrasado e do capitalista moderno.

Criado em novembro de 1975, o Proálcool visava resolver a crise decorrente da queda do preço do açúcar no mercado internacional, e o drama da falta de petróleo serviu como desculpa para a criação do combustível alternativo, verde-amarelo.

A história é conhecida: mais de US\$ 10 bilhões em subsídios, investimentos em pesquisa e incentivos fiscais; uma sucessão de dívidas, superiores a US\$ 2 bilhões, com o Banco do Brasil e bancos estaduais; dívidas fiscais perdoadas; crédito barato, com carência e muitos anos de prazo.

Essa situação absurda deve continuar. Collor no governo, a questão dos usineiros está sob controle, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional, de Egberto Batista, respondendo pelo setor sucro-alcooleiro. Fica garantida assim a manutenção dos 1,7% do preço que você paga pelo álcool no posto, para subsidiar as famílias subterraneamente citadas, algo da ordem de US\$ 170 milhões anuais.

A produção da cana, hoje, ocupa quatro milhões de hectares no País, terras férteis e bem localizadas, e os avanços técnicos no período 1986-88 permitiram elevar a sua produtividade de 57 para 75 toneladas por hectare, e a quantidade de álcool por tonelada de cana passou de 55 para 80 litros.



Quando comprar carne de boi, lembrem-se que ela poderia ser mais barata, se não existisse o monopólio dos latifundiários: menos de 20 mil pecuaristas são donos de 40% das 130 milhões de cabeças, do quarto maior rebanho do mundo. Eles dominam completamente o mercado, deixando de fora os outros 2,6 milhões de pequenos e médios criadores.

Monopolizam também uma parte considerável dos 180 milhões de hectares (nove vezes a área do Paraná) com pastagens, e tudo isso resulta em uma produção de apenas três milhões de toneladas anuais, menos da metade do que é possível obter, com trabalho e técnicas simples.

Essa área com pastagens é mais do que o triplo de toda a área cultivada no País, onde se obtém 65 milhões de toneladas de grãos, 20 milhões de toneladas de mandioca, frutas, fibras, e 12 bilhões de litros de álcool, anualmente.

Os pecuaristas são a parcela mais atrasada do latifúndio, e a mais violenta também: nas regiões onde mais ocorrem casos de trabalho escravo, conflitos e assassinatos, localizam-se os maiores rebanhos, de criação "extrativista" - a natureza cuida. Levantando os estabelecimentos com mais de 500 cabeças (grandes criatórios), detectados no Censo Agropecuário do IBGE, de 1985, em primeiro lugar encontramos empatados o Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com uma média de 1,8 mil cabeças por estabelecimentos; Maranhão e Goiás, em segundo, com 1,2 mil cabeças; e a Bahia, com 1,1 mil.

Boa parte desses pecuaristas é responsável pela fraude da carne de boi, sonegando impostos sobre mais da metade do total de animais abatidos no País, desde pelo menos 1980, quando o Imposto de Circulação de Mercadorias passou de 4 para 11%. As estatísticas oficiais a respeito dos abates, rebanho total e produtividade, em função disso, são completamente "furadas", fato atualmente assumido em público até pelas lideranças dos pecuaristas, e oficialmente de conhecimento das autoridades desde 1989, sem que se saiba de providências a respeito.



O Brasil é o 4º maior consumidor (US\$ 1 bilhão anuais) de agrotóxicos do mundo, quase 200 mil toneladas de 500 venenos diferentes. As estatísticas disponíveis sobre "acidentes" com agrotóxicos são parciais e consideram somente os casos de mortes por intoxicação aguda. O pior é a intoxicação lenta, responsável pela invalidez, sofrimento e mortes de milhares de trabalhadores rurais todos os anos, com doenças "normais", mas decorrentes da ação dos venenos. Recentemente, os trabalhadores conquistaram a aprovação das leis estaduais de agrotóxicos, e a federal, de nº 7802, de 12/7/90, que obriga ao uso de "receita" para a compra de venenos.



O desenvolvimento capitalista na agricultura não chegou ao transporte de "boias-frias", realizado até hoje com caminhões. Volta e meia acontece uma tragédia, e a falta de um acompanhamento sistemático desses acidentes, por parte das autoridades, impede o dimensionamento do problema. Em São Paulo, nos anos 1979-80, apenas nas estradas vicinais, segundo levantamento da pesquisadora Vera Lúcia Rodrigues, da ABRA, ocorreram 81 acidentes, com 784 vítimas, 33 delas fatais.

O trabalho escravo é o exemplo mais gritante do grau de exploração a que estão submetidos os trabalhadores rurais em todo o País, por parte dos grandes capitalistas agrícolas (destilarias, projetos agropecuários e de reflorestamento incentivados pelo governo) e do latifúndio atrasado (plantações de cana, fazendas de pecuária). Vez por outra acontece uma "blitz", com bastante estardalhaço - como agora em outubro de 91, a "Operação Realeza", no Sul do Pará, ação conjunta das polícias militar e federal, da qual resultou a libertação de 26 trabalhadores - mas depois tudo volta à "normalidade".

Essa situação-é histórica, está enraizada na concepção de "dono do mundo" dos latifundiários, onde terras, gado e gente, sempre foram de sua propriedade, verdadeiro senhor de vida e morte. Ainda hoje, mesmo travestidos de empresários modernos, consideram normal pagarem salário de fome, por trabalhos pesados e perigosos, e manterem em regime de escravidão os seus empregados, recorrendo à tortura e à morte, no caso de revoltas ou fugas - no que contam com a

pelo serviço, e, para garantir o recebimento da "dívida", o empreiteiro impede a saída dos trabalhadores. Estes sabem o que os espera quando aceitam ir com o "gato", mas não têm outra alternativa - não possuem terra, não há empregos, e a massa de miseráveis que vagueia tentando sobreviver, acaba empurrando-os para o risco "(se você não quer, tem cem que querem)".

A partir de 1985, com o barulho em torno da Reforma Agrária, surgiram muitas denúncias de trabalho escravo, levando a Coordenadoria de Conflitos do antigo Ministério da Reforma Agrária (Mirad, hoje MARA) a efetuar um levantamento, publicado em dezembro de 1986, onde chama a atenção os assassinatos de 67 assalariados e peões, por pistoleiros, "gatos" e patrões, em situações de fuga do trabalho escravo a que estavam submetidos, apenas no período de maio/85 a novembro/86.

Justamente para evitar denúncias é que esses latifundiários mandam matar, mas às vezes o veneno vira contra - Joaquim Lourenço de Matos, dono de 164 mil hectares em Paragominas (PA), preso em agosto de 88 pela Polícia Federal por manter 80 trabalhadores em



omissão, cumplicidade e até a participação das autoridades. Essas mesmas autoridades, que sabem da existência no campo de três milhões de empregados temporários ("bóias-frias", "peões"), dentro do universo de 4,4 milhões de assalariados sem carteira assinada - afinal, os dados são do IBGE, de conhecimento público. Parte desses três milhões de temporários é o "mercado" onde os empreiteiros ("gatos") buscam a mão-de-obra de que necessitam.

Prometem um salário atrativo e boas condições de trabalho, além de tranporte, alojamento e alimentação, para derrubadas, colheitas, corte de árvores etc. Depois, em geral a história se repete: o valor das compras na cantina é superior ao pagamento

regime escravo, e mandante assumido de torturas, com açoites e ferrões, e assassinatos de vários trabalhadores que tentaram fugir, acabou assassinado por seus próprios pistoleiros.

Recentemente, surgiram novas denúncias de trabalho escravo, em Montenegro (RS), vales do Paraíba e do Ribeira (SP), Brilhante (MS), Campos (RJ), e, tanto nesses casos, como nos do Pará, Rondônia, Bahia etc, a desculpa dos patrões - sejam eles latifundiários atrasados ou capitalistas-latifundiários - é sempre a mesma: a responsabilidade é do empreiteiro, e não deles. Do ponto de vista legal, os dois são igualmente responsáveis; sob o aspecto humanitário, ambos são criminosos.

A famosa modernização capitalista da agricultura, a partir do final dos anos 60, tem muito a ver com o encarecimento do seu aluguel; os aumentos do preço da alimentação, acima do seu salário; e a piora, ano a ano, da sua qualidade de vida - aí incluídas a violência urbana, poluição, transportes, engarrafamentos e saturação do espaço vital.

Durante os anos 70, essa modernização resultou na utilização em larga escala de sementes melhoradas, venenos, fertilizantes, máquinas, equipamentos, e muito dinheiro barato, transformando latifúndios atrasados em empresas agropecuárias, concentrando mais ainda a terra, e expulsando 150 mil famílias de pequenos produtores de suas propriedades, apenas nos estados do Paraná e São Paulo.

Uma parte dessas famílias ficou no interior, trabalhando de empregado das empresas; outra foi para as cidades, principalmente Curitiba e São Paulo; e o restante foi tentar a sorte nos estados do Centro-Oeste.

No período 1970-90, segundo os Censos Demográficos do IBGE, o Brasil passou de 44% da população no campo, para 25%, e as cidades saltaram de 52 milhões para 110 milhões de habitantes, com o detalhe de que esse aumento ficou concentrado em algumas poucas regiões metropolitanas.

Hoje, 60% da população do Brasil está no Sul-Sudeste, e apenas São Paulo e Rio abrigam um terço desse total. Porto Alegre passou de 23% da população do estado, para 29%; Curitiba, 11,8% para 18,9%; São Paulo, 45,8% para 50,3%; e Belo Horizonte, 14% para 19%.

Todos os aumentos obtidos na agricultura, de produção e produtividade, contraditoriamente não trouxeram benefícios ao conjunto da sociedade: o preço da alimentação sempre subiu acima da correção do salário-mínimo, e as safras patinam nas 60 milhões de toneladas, quando já deveriam ter ultrapassado 100 milhões.

A modernização deixou de lado a produção de mandioca e feijão, e concentrou-se em carnes, soja, laranja, cana e frutas, produtos de alto valor unitário e com mercado externo, para onde seguem 25% de toda a produção nacional. Nesses 20 anos a oferta de grãos por habitantes não passou de 500 gramas - e isso porque o cálculo é feito sobre o total da produção, e não sobre a disponibilidade real (ou seja, descontando a exportação).

A contradição de sermos grandes exportadores de alimentos, e possuímos uma das maiores populações famintas do mundo, é própria do capitalismo: o que interessa é o lucro, e não produzir alimentos baratos, acessíveis à massa de 36 milhões de trabalhadores (64% da população economicamente ativa), que recebem menos de dois salários mínimos. Essa lógica "exportou" miséria para as grandes cidades, e você, urbano , paga por isso; mantém a concentração de terra, impedindo o acesso a ela por parte dos pequenos produtores sem-terra; e mantém, ainda, a miséria dos trabalhadores rurais - dos 14,2 milhões existentes, 12,2 milhões recebem até dois salários-mínimos.

REFORMA AGRÁRIA JÁ ERA?

A secretaria de Egberto Batista, que cuida dos interesses dos usineiros, trata também do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, com recursos de Cr\$ 100 bilhões, a valor de abril/91.

Não havia US\$ 8 bilhões para o assentamento de um milhão de famílias sem-terra no governo Sarney, que pagou US\$ 54 bilhões de juros da dívida externa.

Existem 5,8 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, com 378 milhões de hectares cadastrados. 50 mil estabelecimentos concentram 165 milhões de hectares.

O Primeiro Mundo já optou: em congresso realizado este ano, em Portugal, a Federação dos Agricultores Europeus elegeu a propriedade familiar como modelo ideal para os seus países.

Os Estados Unidos tem 2,5% de sua população no campo, com agricultura capitalista baseada em latifúndios. O que é bom para os EUA é bom para o Brasil?

400 empresas americanas faturam 23 bilhões de dólares, 15% do faturamento total das 2.176 milhões de fazendas existentes. Esses monopólios trabalham principalmente com carnes (263), de modo integrado: os pequenos entram com o trabalho e os capitalistas saem com o lucro.

Falar da necessidade da Reforma Agrária, para acabar a absurda concentração da terra pelos latifundiários, a quem vive o drama de gastar a metade do que ganha com o aluguel de onde mora, e vê reduzir-se mais e mais a possibilidade da casa própria, é como falar de corda em casa de enforcado. A lógica do capitalismo, nos dois casos, é a mesma: acumular os imóveis, rurais ou urbanos, esperar que se valorizem graças às benfeitorias realizadas pelo governo com o dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores, e alugar ou vender quando for mais lucrativo.

Hoje, 80% da população da região Sul e 90% da Sudeste estão nas cidades, principalmente nas capitais. Esse excesso de gente nas cidades causa uma queda considerável da qualidade de vida. A cidade de São Paulo, por exemplo, abriga, segundo levantamento da Prefeitura, três milhões de pessoas em aproximadamente 70 mil cortiços (habitações coletivas com 43 pessoas em média, cada uma); 800 mil em favelas; 2,4 milhões em loteamentos desurbanizados; e um número crescente de "sem-teto" sobrevivendo em buracos debaixo de viadutos, casas abandonadas, etc. Essa situação repete-se no Rio de Janeiro, Recife, Belém, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Belo Horizonte...

A Reforma Agrária, beneficiando três milhões de famílias sem-terra, não reverterá esse quadro explosivo, mas evitará ao menos, que se agrave ainda mais. Realizando uma profunda alteração na estrutura fundiária existente, a sociedade brasileira obterá ganhos políticos, pela redução do poder dos latifundiários e elevação desses trabalhadores rurais à condição de cidadãos; econômicos, através do desenvolvimento da agricultura familiar, capaz de responder positivamente às demandas de alimentos; e sociais, por elevar as condições de vida da população miserável beneficiada - e, por extensão, também dos assalariados, na medida em que a redução da "oferta" de trabalhadores, obrigará os patrões a pagarem salários maiores do que a média atual, de US\$ 50 mensais.

Reforma Agrária é um investimento menor do que o Proálcool, badalado por gerar 800 mil empregos diretos (contra três milhões, dos novos produtores); e provavelmente menor do que o volume de recursos jogados fora anualmente, através do superfaturamento de obras e compras - isso para não falar das fraudes da Previdência.

O Japão tem atraído muitos brasileiros, servindo como exemplo de um país onde o capitalismo "salvou a pátria". O que não se costuma dizer a respeito dele é que o seu acelerado desenvolvimento somente ocorreu após a realização de uma reforma agrária, em 1946, quebrando o poder dos atrasados senhores das terras.

O entendimento de que a reforma agrária beneficiará a população urbana foi detectado em pesquisa realizada pela MDA, de Lavras (MG), no 1º semestre de 91, ironicamente a serviço da Confederação Nacional da Agricultura, entidade dos latifundiários: a maioria, dos quatro mil consumidores entrevistados em todo o País, declarou-se favorável a ela, por considerarem que, além de aumentar a produção de alimentos, a melhor distribuição das terras evitaria o êxodo rural.

Uma família que migra para a cidade custa US\$ 3 mil em serviços públicos, montante suficiente para criar um emprego no campo.

Os pequenos produtores, (0 a 50 ha) em 80, produziam 78% da mandioca, 66% do feijão, 58% da batata inglesa, 80% da cebola, 56% do milho, 53% do algodão 60% do tomate...

Os pequenos, em 80, geraram 40% do valor da produção agropecuária do País, com 25% dos recursos; os grandes, com 50% dos recursos, responderam por 38,5% do valor da produção.

A lógica do capital - I: expulsar produtores do campo, aumentando os consumidores de alimentos na cidade, o que lhes permite aumentar os preços da comida, sem que elevem a produção, e manter sempre alta a sua margem de lucro.

A lógica do capital - II: expulsar assalariados e pequenos produtores rurais, obrigando-os a entrar no "exército de reserva" urbano, aumentando a concorrência por emprego e permitindo a redução real dos salários.

Os Ciacs beneficiarão algumas famílias e 300 mil crianças, se forem construídos, a um custo de US\$ 5 bilhões. Na área rural, esses recursos beneficiariam 600 mil famílias, com mais de dois milhões de crianças.

ASSASSINOS À SOLTA

Existem centenas, milhares de assassinos no campo, impunes, soltos, aterrorizando e mandando matar - caracterizando uma situação tão absurda, a ponto de não se encontrar uma palavra, que reúna todas as peculiaridades que a distinguem da violência urbana.

Essa situação é tão espantosa, que no início de novembro de 91, o procurador geral da República, Aristides Junqueira, em depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal, que apura a violência no campo, deixou claro que "falta vontade política de agir", referindo-se aos órgãos públicos encarregados de atuar na questão - Ministério Público Federal, Judiciário e Polícia Federal. Aristides Junqueira chegou a ameaçar a Polícia Federal de processo, por omissão no combate à violência no campo.

Quais são as diferenças, e quais as causas dessa omissão sistemática do Estado, em agir contra mandantes e pistoleiros, responsáveis pelas mortes de advogados, assessores e lideranças sindicais, religiosos, políticos e humildes trabalhadores rurais, empenhados em produzir em suas terras?

O problema tem dimensões gigantescas: 1630 mortes levantadas, no período 1964-90, sendo 503 delas somente no estado do Pará. São em média 600 conflitos, envolvendo cerca de 200 mil pessoas e resultando na morte de aproximadamente 100 delas, todos os anos.

Tratamos aqui apenas da violência direta contra as pessoas, dos assassinatos em especial. As demais formas de violência já foram mencionadas neste trabalho. A leitura atenta do dossiê elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de assassinatos no campo no período 1964-86 (Global), com centenas de casos, impressiona principalmente pela repetição da crueldade e a manutenção da impunidade dos mandantes e pistoleiros. Desse total de 1630 mortes, apenas 19 casos foram a julgamento, com três mandantes condenados. O estado do Pará, campeão em crimes contra trabalhadores, não realizou, até 1990, um único júri popular contra pistoleiros ou mandantes - com 503 assassinatos registrados.

As relações de classe do latifúndio, com as diversas formas de poder, explica, até certo ponto, esse descalabro completo, do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Mas como aceitar a passividade dos trabalhadores urbanos frente a essa situação? Como aceitar que fazendeiros se reúnam para decidir quem deverá morrer, e efetivamente matem os "listados", e tudo fique por isso mesmo? Como seria, se ao invés de dirigentes sindicais, padres,

políticos e advogados, do interior, fossem, por exemplo, dirigentes sindicais dos bancários, ou dos metalúrgicos, sendo assassinados a mando dos banqueiros ou dos industriais, da Febraban e da Fiesp?

Parece loucura, mas é o que acontece no campo, desde sempre.

Os alvos principais são justamente as lideranças, políticas e sindicais, tentativa dos latifundiários de não perderem o poder absoluto que sempre tiveram em seus feudos políticos (os "currais eleitorais"). Temem prefeitos dos trabalhadores, e quaisquer movimentos populares onde alguma liderança represente perigo. As cidades do sudoeste do Pará perderam todos os seus presidentes de sindicatos rurais, assassinados a mando, nos últimos cinco anos. No Brasil foram assassinados 40 sindicalistas no período de 1985-91.

Há farta documentação a respeito. O Tribunal dos Crimes do Latifúndio, criação de entidades jurídicas para denúncia de casos estudados, tem conseguido caracterizar as falhas técnicas e processuais por onde a Justiça escapa - desde a polícia que não faz a perícia corretamente (ou às vezes destrói pistas propositalmente), até "esquemas" diversos, visando livrar mais facilmente os acusados, normalmente apenas pistoleiros.

A Anistia Internacional e a entidade americana "Americas Watch" também elaboraram dossiês fartamente documentados. Anualmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) publica um relatório completo sobre a violência no campo, assunto que acompanha em todo o País, diariamente.



Persistência garante condenar autores

Procuradores hospedados na casa de fazendeiros acusados de crimes; jagunços e policiais trabalhando juntos, em despejos, prisões, torturas e assassinatos, dispondo de veículos e recursos dos latifundiários; autoridades (prefeitos, deputados, senadores, governadores) parentes ou amigos de latifundiários envolvidos em crimes. Essa promiscuidade entre criminosos e autoridades, explica em parte a impunidade. Há conivência, omissão, cumplicidade, e até participação direta, de quem é pago para garantir o cumprimento das leis e a segurança dos cidadãos.

Os raros casos julgados no período 1964-90 evidenciam a ação da Justiça no campo: apenas 22 casos, com 41 vítimas, foram a julgamento, nesse período. Ocorreram condenações

em 12 casos de homicídios e um por tentativa; nos demais, todos foram absolvidos.

Destacamos alguns casos ilustrativos dessa desigualdade de forças, entre vítimas, executores e mandantes.

1. "Chacina do Paralelo 11" - 15 índios Cinta-Larga assassinados, Mato Grosso, 1966. Entre mandantes e autores, um único jagunço foi condenado, a 11 anos de prisão (julgamento em 1975);

2. Pe. Rodolfo Lunkenbein e índio Bororo Simão, Mato Grosso, 1976. Autores absolvidos (julgamento em 28/3/79);

3. Agenor Martins de Carvalho, advogado, Rondônia, 1980. Seis autores denunciados, dois foram a julgamento, apenas um condenado, a 16 anos (julgamento em 1983);

4. Pe. Ezechielle Ramin, Mato Grosso, 1985. Dois dos sete autores foram condenados a 25 anos de prisão, em 15/3/88;

5. Índios Xacriabá - Rosalino Gomes de Oliveira, Manuel Fiuza da Silva e José Pereira da Silva, Minas Gerais, 1988. Os autores foram todos condenados por crime de genocídio, a penas variando entre 12 e 27 anos;

6. Paulo Vieira da Silva, Pará. Os dois autores foram condenados a 30 e 26 anos;

7. Evandro Cavalcanti, advogado, Pernambuco, 1986. O intermediário da contratação dos pistoleiros foi condenado a 18 anos. Autores e mandantes aguardam julgamento;

8. Pe. Josimo de Moraes Tavares, Maranhão, 1986. O autor foi condenado a 18 anos, mandantes não foram a julgamento;

9. Sebastião Lan, Rio de Janeiro, 1988. Os dois autores foram condenados a 14 anos, mandantes não foram a julgamento.



SAIBA O QUE VOCÊ PODE FAZER

Existem muitas maneiras de você contribuir nessa luta dos trabalhadores rurais pela preservação da vida, mesmo vivendo na cidade. Apresentamos-lhe aqui algumas sugestões, e contamos com a sua criatividade, desenvolvendo novas formas de solidariedade. Entre em contato conosco, estamos à sua espera.

Conhecer mais sobre o campo

É fundamental conhecer mais a nossa realidade agrária, agrícola, ambiental e alimentar. Definitivamente, o Brasil não é só litoral.

Promover debates a respeito

Ajude os seus colegas de escola, trabalho, associação, sindicato, a saberem mais sobre essas questões.

Chamar o pessoal dos Rurais

Cada região tem características próprias, e eles podem falar a respeito, enriquecendo o debate.



Exercer a Solidariedade

Muitos trabalhadores sem-terra são presos em ocupações, manifestações e até em ônibus. Forme um grupo e visite os de sua região.

Integração com as lutas urbanas

Convide os rurais para eventos urbanos de todo tipo, seja luta por moradia, greves ou manifestações por melhoria de ensino.

Visitar um assentamento

Combine com os rurais da região uma visita, com um grupo do seu sindicato, escola, associação ou local de trabalho.

Campanhas de abaixo-assinado

Ajude a organizar campanhas, sobre questões específicas como crédito, libertação de presos, desapropriações de áreas.

Usar a comunicação solidária

Telegramas, cartas e fax, para autoridades, em grande quantidade e em um curto espaço de tempo, em situações dramáticas (julgamentos, assassinatos), sempre ajudam.

Endereços das entidades

A área rural reúne um grande número de entidades de apoio às lutas dos trabalhadores (assalariados, sem-terra, pequenos produtores, extrativistas) e indígenas. Por questões de espaço, apresentamos aqui apenas os endereços das sedes nacional e estaduais da própria CUT, e as sedes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA). Através delas você poderá ter acesso a jornais, revistas, livros e publicações diversas; organizar debates, campanhas de abaixo-assinado e de comunicação solidária; entrar em contato com os rurais; e exercer a solidariedade e a integração efetiva nas lutas.

Comissão Pastoral da Terra
Cx Postal 749
74000 - Goiânia - GO
Tels. (062) 223 4039 / 4436
Telex (062) 2605 - PTTC
Fax (062) 225 4967

Associação Brasileira de Reforma Agrária
Cx Postal 1396
13070 - Campinas - SP
Tels. (0192) 42 6590
Fax (0192) 42 7993

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes
05015 - São Paulo - SP
Tel. (011) 864 8977
Fax (011) 871 4612

Central Única dos Trabalhadores

CUT NACIONAL
Rua São Bento, 405 - 7ª andar
01011 - São Paulo - SP
Tel. (011) 255-7500
Fax. (011) 37-5626
Telex. 1121524 CUTB

NORTE
CUT Acre
Rua Alexandre Farah, 114/117
69900 - Rio Branco - AC
Tel. (068) 224-1117
CUT Amazonas
Rua Ivo Veigildo Coelho, 319 - Centro
69003 - Manaus - AM
Tel. (092) 234-9517
CUT Amapá
Av. Macacoari, 16
68900 - Macapá - AP
Tel. (096) 223-5810
CUT Pará
Trav. D. Pedro I, 1012
66030 - Belém - PA
Tel. (091) 241-5663

CUT Rondônia
Trav. Mamore, 186
78900 - Porto Velho - RO
Tel. (069) 221-8524

CENTRO-OESTE
CUT Distrito Federal
Setor de Diversões Sul
Edif. Venâncio V, Loja 14
70302 - Brasília - DF
Tel. (061) 225-9374
CUT Goiás
Rua Quatro, 450 - sala 101
74020 - Goiânia - GO
Tel. (062) 225-3970
CUT Mato Grosso do Sul
Rua Aquidauana, 103
79005 - Campo Grande - MS
Tel. (067) 721-3716
CUT Mato Grosso
Rua Br. Melgaço, 3970
78085 - Cuiabá - MT
Tel. (065) 624-4469

SUDESTE
CUT Espírito Santo
Rua Antonio Aguirre, 47
29015 - Vitória - ES
Tel. (027) 222-8377
CUT Minas Gerais
Av. do Contorno, 1313, 3º andar
30110 - Belo Horizonte - MG
Tel. (031) 224-1045
CUT Rio de Janeiro
Av. Pres. Vargas, 502, 18º andar
20070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (021) 233-8836
CUT São Paulo
Rua Tamandaré, 667 - fundos
01525 - São Paulo - SP
Tel. (011) 270-8866

SUL
CUT Paraná
Rua Almirante Tamandaré, 434
80050 - Curitiba - PR
Tel. (041) 264-4455

CUT Santa Catarina
Rua Conselheiro Mafra, 122, 3º andar
88010 - Florianópolis - SC
Tel. (0482) 22-6611
CUT Rio Grande do Sul
Rua Dr. Vicente de Paula Dutra, 215
90060 - Porto Alegre - RS
Tel. (0512) 24-3784

NORDESTE
CUT Alagoas
Rua João Pessoa, 856
57000 - Maceió - AL
Tel. (082) 221-6794
CUT Bahia
Rua Engenheiro Silva e Lima, 8
40040 - Salvador - BA
Tel. (071) 243-0077
CUT Ceará
Rua Agapito dos Santos, 692
60020 - Fortaleza - CE
Tel. (085) 281-3613

CUT Maranhão
Rua Isaac Martins, 125
65015 - São Luiz - MA
Tel. (098) 221-1279
CUT Paraíba
Rua Duque de Caxias, 128
58010 - João Pessoa - PB
Tel. (083) 221-7827
CUT Pernambuco
Rua do Aragão, 37, 1º andar
50060 - Recife - PE
Tel. (081) 221-4947
CUT Piauí
Rua Lizandro Nogueira, 1698
64010 - Teresina - PI
Tel. (086) 223-0574
CUT Rio Grande do Norte
Rua Voluntários da Pátria, 790
59025 - Natal - RN
Tel. (084) 222-0405
CUT Sergipe
Rua João Ribeiro, 1244
49010 - Aracaju - SE
Tel. (079) 211-1866